



Nesta edição!

Caderno especial
**QUALIDADE
DE VIDA**

Pelo direito
ao descanso, ao ócio,
ao lazer, à preguiça
e ao não trabalho

EXTRA

ANO 18, NÚMERO 178, OUTUBRO DE 2013

CLASSE

Verissimo – Weissheimer – Fraga – Marcos Rolim – Santiago – Edgar Vasques – Canini

ESTE JORNAL É FEITO POR
JORNALISTAS DIPLOMADOS

Foto: Shutterstock.com

ENTREVISTA

Trauma religioso

A psicóloga, educadora e escritora norte-americana Marlene Winnel explica síndrome causada por fundamentalismo religioso e a dificuldade das vítimas na busca pela cura

POLÍTICA

Está em curso a maior ofensiva da bancada ruralista no Congresso Nacional – a partir do lobby de setores desenvolvimentistas – contra os direitos dos povos indígenas de que se teve notícia neste século



Foto: José Cruz/ABr

Editorial

Nesta edição...

Em outubro, o *Extra Classe* aborda uma vasta gama de assuntos: religião, saúde, ambiente, qualidade de vida, política, entre outros. Em entrevista à jornalista Grazieli Gotardo, a psicanalista norte-americana Marlene Winell polemiza acerca dos traumas gerados nas pessoas a partir do fundamentalismo religioso. Segundo ela, a exposição de crianças a ambientes religiosos radicais é prejudicial, podendo gerar danos para toda a vida.

Os repórteres Alceu Luís Castilhos e Fábio de Castro apresentam uma matéria que revela a articulação política que está levando à maior ofensiva contra os direitos dos povos indígenas de que se teve notícia no século 21. Com forte influência no Congresso Nacional e nos governos, o *lobby* ruralista atropela as demarcações reservadas aos povos indígenas e busca a legitimação das grilagens no Legislativo.

Em reportagem de Roberto Villar Belmonte, os novos atores do governo estadual na área ambiental: o secretário do Meio Ambiente, o coordenador do Plano RS Sustentável e o presidente da Fepam, que assumiram após o escândalo das licenças ambientais revelado com a *Operação Concutare*, explicam os novos procedimentos do governo Tarso para recuperar o tempo perdido no setor. Enquanto isso, ambientalistas abandonam seus assentos no Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Encartado na edição, o *Caderno Especial – Qualidade de Vida*, com textos de Marcia Camarano, investiga as origens do ócio e da luta pelo direito ao descanso. Resgatamos texto do pioneiro no tema, Paul Lafargue, cubano-francês, genro de Karl Marx, que em 1880 publicou *O direito à preguiça*, um texto provocador, que usa o termo preguiça intencionalmente para polemizar acerca da satanização do descanso e sua transformação em pecado pela Igreja, discurso que sempre veio a calhar às classes patronais desde a Primeira Revolução Industrial. O encarte integra a *2ª Semana da Consciência Profissional*, que convida os professores a resistir ao excesso de trabalho, reservando mais tempo ao descanso e lazer.

SANTIAGO



4 Entrevista Marlene Winell polemiza acerca dos traumas religiosos

8 Política Maior ofensiva ruralista sobre território indígena neste século

12 Ambiente Governo estadual corre para recuperar o tempo perdido

16 Saúde Agapan lidera movimento contra ampliação da telefonia móvel

23 Movimento Central Única dos Trabalhadores completa 30 anos

No campo da saúde, matéria de Cleber Dioni Tentardini mostra os perigos à saúde da ampliação da instalação das antenas de retransmissão e do próprio uso de aparelhos celulares. O EC ouviu especialistas e apurou que a Agapan lidera movimento para resistir ao avanço das

operadoras de telefonia que pretendem dobrar a cobertura para 2014.

E ainda, as colunas de Verissimo, Fraga, Marco Weissheimer e Marcos Rolim, além das charges e tiras de Santiago, Canini e Edgar Vasques. Boa leitura.

EXTRA
CLASSE

Extra Classe é uma publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 – CEP 90.040-000 – Bairro Farroupilha – Porto Alegre – RS – Brasil – Fone 51. 4009.2900 – Fax 51. 4009.2917
www.sinprors.org.br | www.sinprors.org.br/extraclasse

REDAÇÃO – extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo, Grazieli Gotardo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Alceu Luís Castilho, Fábio de Castro, Marcia Camarano, Roberto Villar Belmonte e Sandro R. Cossetin

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/D3 Comunicação

Projeto Gráfico: D3 Comunicação

Fotos Colunistas: René Cabrales (arquivo EC)

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica, Ricardo Machado e Pedro Alice

Charge/Cartum: Canini, Edgar Vasques e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Rosane Costa
51. 4009.2962 / 9998.3598

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 22 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

PALAVRA DE PROFESSOR

Missão: educar

Por Sandro R. Cossetin*

Quando éramos crianças, olhávamos o desenho animado *Os Jetsons* que colocavam um foguetinho nas costas e se deslocavam voando até o local desejado. Ficávamos, então, imaginando “quando será que este futuro vai chegar? Ano 2000? 2050?” Chegou antes. Ainda não dispomos de foguetinhos para ir à escola ou até a empresa. Temos mais (ou menos) que isso: sequer precisamos sair de casa para frequentar um curso ou trabalhar. Nesse contexto, a rotina da escola, a dinâmica da sala de aula, foi forçada a mudar o ritmo. E a sociedade, a exigir a revisão de um novo conceito de cidadão e de diferentes configurações e relações familiares.

Os novos recursos didáticos desacomodaram os professores para além da sua formação, dos seus princípios e conceitos: as opções de multimídia passaram a auxiliar a abordagem dos conteúdos pela apresentação de imagens e sons, enriquecendo as aulas num contraponto radical com o tradicional livro didático, da enciclopédia e das folhas mimeografadas. O ambiente da sala de aula também tem uma nova roupagem para possibilitar o uso de toda esta gama de tecnologia e informação, que também cabem no bolso, no celular ou no *tablet*.

A relação entre professor e aluno também mudou muito, especialmente a postura do professor diante da turma. Para se conseguir atenção, e se possível, compreensão, alunos acabam exigindo apresentações quase que circenses e teatrais do professor. Sim, porque o “conteúdo” está na internet. Pode ser acessado pelo aluno em casa ou no próprio celular. O educador, assim, torna-se ora um cômico, ora um dramático, já que o aparato tecnológico nem sempre é suficiente para conduzir o processo pedagógico com êxito.

Por que então os alunos de hoje ainda acham as aulas chatas e sem graça? As de antigamente certamente eram menos interessantes que as atuais, mas os alunos estavam na sala de aula com a expectativa de assistir a um grande show cuja promessa estava para além das informações, relevantes ou não, que hoje dispõem em seus computadores. Os alunos ali estavam por que desejavam aprender com os professores e, para isso, a ordem, o silêncio e o respeito eram primordiais. Os pais, por sua vez, ensinavam em casa e acompanhavam seus filhos na escola esperando uma continuidade ou aprimoramento às suas lições. As instituições família e escola não eram concorrentes, mas parceiras e dialogavam para a formação do futuro cidadão.

Hoje, família e escola parecem caminhar em direções diametralmente opostas, e os filhos, sem ligações afetivas nem com uma nem com outra, num abismo de referências, caminham para onde querem, como querem, com quem querem ou para onde a televisão e a internet conduzi-los.

* Professor - E.T.E. 25 de Julho



VERISSIMO

“Hélas”

Deus criou o Céu e a Terra e o Dia e a Noite, e deu nome às plantas, aos bichos e às coisas. Mas também era preciso dar nome aos sentimentos e às emoções, a perplexidades e a situações inusitadas e, sentindo-se despreparado para a tarefa, Deus criou os franceses.

Os franceses têm a expressão certa para tudo, inclusive para o inexprimível, que eles chamam de “je ne sais quoi”. O francês é a única língua do mundo com uma definição para a incapacidade de definir.

Eles não apenas têm um nome para “fazer beicinho”, “bouder”, como inventaram uma peça da casa que teoricamente existe só para a mulher se recolher enquanto o faz, o “boudoir”. Outra expressão francesa que não ocorreria a mais ninguém é “esprit d’escalier”, ou o espírito que só se faz presente quando a gente já está descendo a escada, depois de falhar na hora de ser brilhante. Se não fossem os franceses, não saberíamos como chamar a sensação de que a boa frase ou a resposta arrasadora geralmente só nos vêm quando não adianta mais. Na escada ou, mais recentemente, no elevador.

Outra boa frase francesa era “épater les bourgeois”. Caiu em desuso, em primeiro lugar porque todas as frases prontas francesas foram ficando antigas num mundo cada vez mais americano, mas também porque foi ficando cada vez mais difícil espantar a burguesia. Depois da revolução sexual e do escancaramento da privacidade, nada mais espanta ninguém e o que antes chocava hoje vira moda.

O que ainda funciona – tanto que, no Brasil, se transformou num gênero jornalístico – é “épater la gauche”, contrariar o pensamento convencionalmente progressista, ou apenas correto, com reacionarismo explícito. Os “épateurs” da esquerda podem ser divertidos, mas, como em todo “succès d’escandale” (que remédio, sou um antigo), nunca se sabe se o sucesso se deve ao talento para escandalizar ou se o escândalo dispensa o talento, e basta ser contra para aparecer. De qualquer maneira, “hélas”, aos poucos as frases feitas francesas vão perdendo a atualidade e – *ça va sans dire* – a utilidade.

Papo Vovô

Lucinda, nossa neta de cinco anos, gosta de brincar de modelo. E, como toda modelo precisa de um nome artístico, ela nos informou que seu “nom de passarelle” é Uvinha Tessler. Não entendemos bem. Não seria Evinha Tessler? Não, era Uvinha mesmo. E ela desfila fazendo caras de Uvinha Tessler.

Os artigos para a seção Palavra de Professor devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com no máximo 1.800 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinpro.org.br.**Escritório de Advocacia**

Antônio Vicente Martins Advogados Associados

Avenida Borges de Medeiros, 2105 sala 910 | Praia de Belas | Porto Alegre | RS | Telefone 51 3061.4880
* conveniado Sinpro/RS

ENTREVISTA

Marlene Winell



Foto: Arquivo pessoal

Fundamentalismo gera trauma religioso

► Por Grazieli Gotardo

grazieli.gotardo@sinprors.org.br

Marlene Winell, norte-americana, é psicóloga, educadora e escritora, com 28 anos de experiência tanto em atendimentos clínicos, quanto na área acadêmica. Doutora em Desenvolvimento Humano e Estudos da Família da Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos, é a autora do livro *Leaving the Fold: A Guide for Former Fundamentalists and Others Leaving their Religion*, ainda sem edição em português. Trata-se de um guia sobre como identificar e se livrar de problemas desencadeados por religiões fundamentalistas. Marlene cunhou o termo *Síndrome do Trauma Religioso* para classificar os sintomas de pacientes que sofrem de transtornos mentais em decorrência da doutrinação dessas crenças. Para ela, religião é algo que não deve ser ensinado para crianças e o fundamentalismo rouba a identidade das pessoas.

Extra Classe – O que é a Síndrome do Trauma Religioso e como você desenvolveu sua teoria?

Marlene Winell – É a condição vivida por pessoas que estão lutando para sair de uma religião autoritária, dogmática e sofrendo os danos dessa doutrinação. Eles podem estar passando por um momento de quebra de conceitos e de paradigmas pessoais ou rompendo com uma comunidade ou estilo de vida controlador. Os sintomas dessa síndrome podem ser mais facilmente comparados com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, que resulta da experiência de ser confrontado com a morte ou lesões graves que provocam sentimentos de terror e impotência. Como no Transtorno de Estresse Pós-Traumático, o impacto da Síndrome do Trauma Religioso é de longa duração, com pensamentos intrusivos, estados emocionais negativos, convivência social deficiente e outros problemas.

Eu mesma sofri com isso por algum tempo. Foi quando comecei a escrever sobre minha recuperação de uma religião cristã fundamentalista, que me dei conta que não estava sozinha. Muitas pessoas também estavam ansiosas para falar de seu sofrimento. Desde então, tenho trabalhado com clientes na área de “recuperação da religião” e escrevi um livro. Meus estudos têm como base resultados clínicos de 20 anos de atendimento psicológico.

EC – Como a Síndrome do Trauma Religioso pode ser reconhecida em uma pessoa?

Marlene – A Síndrome do Trauma Religioso é vivida de diferentes maneiras e depende de uma variedade de fatores. Alguns sintomas-chave são confusão mental, dificuldade em tomar decisões e pensar por si mesmo, falta de sentido ou direção na

vida, baixa autoestima, ansiedade de estar no mundo, ataques de pânico, medo da condenação, depressão, pensamentos suicidas, distúrbios do sono e alimentares, abuso de substâncias, pesadelos, perfeccionismo, desconforto com a sexualidade, imagem corporal negativa, problemas de controle de impulso, dificuldade de desfrutar o prazer ou estar presente aqui e agora, raiva, amargura, traição, culpa, sofrimento e perda, dificuldade em expressar emoções, ruptura da rede familiar e social, solidão, problemas relacionados com a sociedade e questões de relacionamento pessoal.

Os sintomas podem variar de acordo com os ensinamentos e práticas específicas de determinadas igrejas, pastores ou dos pais. As pessoas mais sensíveis à síndrome são aquelas que foram criadas dentro de uma determinada religião, protegidas do resto do mundo ou de uma religião muito controladora. A Síndrome do Trauma Religioso é uma realidade. Embora possa ser mais fácil de entender os danos causados por um abuso sexual ou um desastre natural, as práticas religiosas podem ser tão prejudiciais quanto esses traumas. Mais e mais pessoas precisam de ajuda e o tabu sobre criticar as religiões precisa ser questionado.

EC - Como é o tratamento? É possível comparar com a recuperação da dependência de drogas?

Marlene - Essa é uma questão muito profunda e eu estou no processo de escrever e fazer pesquisas sobre as melhores práticas. Há alguma semelhança com o vício de drogas no sentido em que as pessoas tentam encontrar formas de evitar a responsabilidade por suas vidas, e a recuperação é difícil porque requer que você enfrente este problema. No entanto, eu prefiro comparar com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, especialmente se a doutrinação ocorreu na primeira infância. O medo do inferno inculcado nas crianças, por exemplo, pode criar um trauma de longa duração.



Foto: Igor Sperotto

“Há alguma semelhança com o vício de drogas no sentido em que as pessoas tentam encontrar formas de evitar a responsabilidade por suas vidas e a recuperação é difícil porque requer que você enfrente este problema. No entanto, eu prefiro comparar com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, especialmente se a doutrinação ocorreu na primeira infância”

EC - Como as vítimas do fundamentalismo religioso podem se reconhecer e, depois disso, o que devem fazer?

Marlene - Esta é uma pergunta difícil, porque é como uma esposa maltratada reconhecer que é vítima de violência doméstica e se separar. Em ambos os casos, a vítima sente que a culpa é sua pelos problemas e tende a insistir para permanecer na situação. Essas pessoas normalmente também têm pouco conhecimento de outras opções de vida. Por isso, a melhor maneira de começar é se informar. Não tenha medo de questionar o que lhe foi ensinado ou descobrir o que outras pessoas podem fazer para ajudá-lo.

EC - Você diz que quem “sair do rebanho” geralmente perde a identidade individual e tem problemas de autoestima. Por quê?

Marlene - Na verdade, a pessoa passa por um período de confusão sobre isso porque ela foi ensinada a formar sua identidade pessoal a fim de identificar-se com Deus e considerar apenas Deus como algo bom e valioso. Normalmente, eles acreditam que são pecadores desde o nascimento e precisam ser salvos, portanto, não veem nenhum valor além da graça de Deus. Quando deixam sua fé e suas crenças precisam reconstruir a autoestima e senso de identidade. Eu não diria que eles perdem a identidade quando deixam sua fé, pelo contrário, a religião já roubou sua identidade e outros aspectos do seu desenvolvimento pessoal. Então, quando eles saem, eles têm muito trabalho para descobrir quem são, aprender o amor próprio, autocuidado e autoconfiança, tudo que era considerado pecado e orgulho, de acordo com suas religiões.

EC - Quando (ou como) a espiritualidade e a religiosidade podem ser identificadas como práticas saudáveis?

Marlene - Grupos que reúnem pessoas e

EC ▶

Ao mestre com todo carinho e dedicação.

**15 de outubro,
dia do professor.**



Os seus alunos já contam com o Melhor Profissional. E você, pode contar com quem sempre faz o melhor para você.

**laboratório
endocrimeta**
ANÁLISES CLÍNICAS

Sempre Fazendo o Melhor para Você.

Laboratório 100% gaúcho

**Excelentes equipamentos,
resultados ágeis, precisos
e muito mais.**

Central de Atendimento ao Cliente: 51 3224-1788 | www.endocrimeta.com.br **f endocrimeta**

ENTREVISTA

promovem o autoconhecimento e crescimento pessoal podem ser considerados saudáveis. Esses grupos colocam alto valor no respeito às diferenças e os membros se sentem empoderados como indivíduos. Eles oferecem apoio social, lugar para eventos e ritos de passagem, troca de ideias, inspiração, oportunidades de serviço e conexão com as causas sociais. Eles incentivam as práticas espirituais que promovem a saúde, como a meditação ou princípios para viver como regra de ouro.



Foto: Arquivo pessoal

“Grupos que reúnem pessoas e promovem o autoconhecimento e crescimento pessoal podem ser considerados saudáveis. Esses grupos colocam alto valor no respeito às diferenças e os membros se sentem empoderados como indivíduos”

EC – Se um grupo ou religião provoca um trauma em indivíduos, não seria este grupo também uma vítima de trauma ou síndrome coletiva? Como lidar com esses casos?

Marlene – Sim, o trauma religioso é transmitido e na mesma maneira que os outros tipos de abuso, tende a ser repetido. A religião tem sido chamada de um vírus, como diz o livro *The God Virus* (O vírus de Deus), de Darrel W. Ray. As pessoas só precisam quebrar essa cadeia e parar de repassá-lo.

EC – No Brasil temos um grande número de escolas confessionais. Como essas escolas de-

vem lidar com os dogmas religiosos?

Marlene – Minha opinião é que a religião não deve ser ensinada às crianças.

EC – O que você diria para os pais que têm de escolher as escolas para os seus filhos? O que eles devem prestar atenção sobre os aspectos da religião?

Marlene – Evite escolas que ensinam religião, se possível. Se isso não for possível, visite as salas de aula para saber o que estão ensinando para seu filho. Discuta isso com frequência com seu filho em casa, para que ele saiba que nem todo mundo pensa assim, que existem outros pontos de vista, incluindo outras filosofias e religiões. Pergunte ao seu filho o que ele pensa e incentive o pensamento crítico, escutando o que ele tem a dizer. Todas essas coisas vão mitigar o impacto da doutrinação da escola. Além disso, não tenha medo de falar com os professores e administradores da escola sobre suas opiniões.

EC – O pensamento fundamentalista só pode ser encontrado na religião?

Marlene – Se você quer dizer pensamento dogmático, autoritário ou preto e branco, então é claro, você pode encontrá-lo em muitos lugares.

EC – Qual é a sua opinião sobre a seguinte situação: uma pessoa que viveu muitos anos sem uma religião e, por vezes, também sem a presença da fé na vida, e então descobre Deus em uma religião e se sente bem sobre isso?

Marlene – Há uma vasta literatura psicológica e biológica sobre a conversão. A questão não é saber se a pessoa passou por uma mudança ou está se sentindo bem, mas sim, a interpretação do que realmente aconteceu. No meu trabalho, eu não tento dissuadir as pessoas de sua fé se elas estão satisfeitas. Meus clientes são pessoas que já decidiram que sua religião não está lhes fazendo bem e precisam de ajuda. Ao mesmo tempo, eu não acho que as pessoas religiosas são sempre inofensivas, pois elas podem ser muito duras e críticas porque elas não necessariamente mantêm suas crenças para si mesmas. Por isso, apenas se sentir bem não é bom o suficiente, na minha opinião.

EC – Você acredita que as pessoas estão procurando mais a Deus hoje em dia do que em outros tempos? Por quê?

Marlene – Não, de forma alguma. Eu sei que há crescimento de algumas igrejas em alguns países, mas nos Estados Unidos o grupo populacional que mais cresce é o de não crentes.

EC – Como é a sua espiritualidade agora? Você acredita em Deus?

Marlene – Para ser honesta, eu não gosto dessa pergunta, porque pressupõe que sabemos o que essas palavras significam. Além disso, vou mu-

dar o enfoque e abordar o tema da espiritualidade, que eu acredito que tem múltiplas dimensões. Qual Deus? Você quer dizer Zeus, Baal, Athena, Shiva, Alá, Jeová, ou algum outro? Se você quer dizer um desses, então não. Eu não sou teísta. Eu não acredito em um ser individual que criou e agora controla o mundo. Porém, apesar de eu ter que dizer que não acredito em Deus e sou ateu na real definição da palavra, eu obviamente me sinto compelida a questionar a linguagem utilizada para descrever minha experiência. É um pouco defensivo e isso se deve ao estereótipo de que ateus são frios, rasos, hedonistas e egoístas, que deve ser mudado. Na minha opinião, o que importa é como vivemos e não em que acreditamos.

EC – Qual sua opinião sobre grupos políticos que agem como seitas, em que as pessoas têm de seguir regras impostas pelos seus líderes?

Marlene – Qualquer grupo humano pode ser dogmático e autoritário. Exigir submissão e o cumprimento de “fundamentos”. Não é saudável e limita o desenvolvimento. Grupos de qualquer espécie podem ter práticas em forma de ritual, e se você procurar a definição da palavra ritual, vai ver que tem muito mais a ver com algo sequencial do que com uma categoria clara de algo. No meu caso, eu trabalho com pessoas em recuperação de religião, e existem algumas características especiais, tais como preocupações sobre a vida após a morte e medos relacionados a isso, em que são manipulados.

Experiência pessoal

“Perder tudo o que antes fazia sentido na vida sem ter nada para colocar no lugar pode criar um abismo na vida da pessoa”. Essa é uma das descrições de Marlene em seu livro sobre o sentimento das pessoas que entram em conflito com suas crenças religiosas. E esta também é sua história pessoal. No segundo capítulo do livro, ela conta sua trajetória desde a infância, oriunda de uma família de missionários cristãos. “A visão cristã do mundo era a única coisa que eu conhecia”, afirma ela. Quando voltou aos Estados Unidos, na adolescência, começou a frequentar a Assembleia de Deus e chegou a escrever um artigo, no final do ensino fundamental, defendendo que dançar era algo errado. Mas foi no ensino médio e faculdade que começou a questionar suas crenças, estudar culturas e descobriu outras formas de ver o mundo. Dançou escondido, namorou, casou, separou e casou de novo, sempre na luta contra seu sentimento de culpa e de estar em pecado. E passou por todas as etapas de “recuperação” descritas por ela no livro: separação, confusão, negação, sentimento e reconstrução, até “recuperar o senso de si mesma e descobrir quem realmente é”.

EXTRAPAUTA

AGROTÓXICOS I

Arroz e trigo com defensivos ilegais

Produtores de arroz e trigo gaúchos estão utilizando defensivos agrícolas ilegais comprados em veterinárias do Uruguai, sem nenhum registro ou controle sanitário. Segundo a Polícia Federal, o contrabando de agrotóxicos por produtores gaúchos teve um crescimento superior a 30% desde o ano passado. Em setembro, a *Operação Ceifa* cumpriu mandados de prisão preventiva, condução coercitiva e de busca e apreensão em Guaíba, Santa Cruz do Sul, Morrinhos do Sul, Bagé e Jaguarão, com o objetivo de desarticular uma rede de contrabando comandada por produtores rurais. A organização era monitorada

desde fevereiro. Os produtos trazidos do Uruguai eram armazenados em Jaguarão e distribuídos a agricultores de diversas regiões do estado. Também foi localizado um centro de distribuição em uma fazenda de produção de arroz em Guaíba. Além de apreender 1,5 tonelada de defensivos agrícolas ilegais, a PF prendeu seis pessoas em flagrante. De janeiro a setembro, foram interceptadas no estado 6,6 toneladas de veneno, contra 4,2 toneladas em 2012. Dez quilos do agrotóxico ilegal Herbex, um defensivo proibido no Brasil e frequentemente apreendido pelos agentes, são suficientes para pulverizar uma área equivalente a 3 mil campos de futebol.

AGROTÓXICOS II

Veneno sem controle

Os agrotóxicos oriundos do Uruguai não são submetidos aos critérios de avaliação dos órgãos federais brasileiros quanto a seu grau de toxicidade e controle de qualidade sobre as embalagens. A falta desse controle os torna potencialmente mais perigosos do que os similares comercializados no país, podendo causar sérios danos à saúde dos consumidores. O impacto ao meio ambiente é potencializado pela aplicação equivocada na lavoura, motivada pela indicação errada do princípio ativo e da concentração do produto expressa no rótulo, além do descarte inapropriado das embalagens e resíduos. Os defensivos agrícolas contrabandeados representam ainda concorrência desleal entre os agricultores, prejudicando aqueles que utilizam o produto comercializado legalmente.

EDUCAÇÃO

Inep divulga censo escolar

O Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgado em setembro, mostra que o número de estudantes matriculados em instituições públicas de educação superior é maior em relação às particulares em seis estados.

Essa característica predomina nas regiões Norte e Nordeste. A menor proporção foi verificada na Paraíba: um aluno matriculado na rede pública para cada 0,66 na particular. Em Tocantins, a relação é de um para 0,79, em Roraima de um para 0,82, no Pará 0,88 e, no Acre, para 0,92. Na região Sul, Santa

Catarina registra proporção de 0,77. Em outras 11 unidades da Federação, a proporção de matrículas na rede particular em relação às instituições públicas é menor que dois. São Paulo é o estado com a maior proporção de matrículas na rede particular: são 5,37 alunos para cada estudante em instituições públicas.

PÓS-GRADUAÇÃO senac

— É ASSIM —
QUE **você** SE
DESTACA

*Essa opção não se aplica para cursos de Pós-Graduação, modalidade Educação a Distância.

Faculdade Senac Porto Alegre

- Computação nas Nuvens **NOVO**
- Comunicação e Marketing Estratégico - 7ª edição
- Gestão de Moda - 8ª edição
- Gestão de Negócios **NOVO**
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas - 2ª edição
- Segurança da Informação - 4ª edição

Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas

- Gerenciamento de Projetos - 7ª edição
- Gestão de Negócios - 3ª edição
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas **NOVO**

Senac Caxias

- Gestão de Negócios **NOVO**
- Segurança da Informação **NOVO**

Senac Uruguaiana

- Computação nas Nuvens **NOVO**
- Gestão de Negócios **NOVO**

Senac Bagé, Senac Erechim, Senac Rio Grande e Senac Santa Maria

- Gestão de Negócios **NOVO**

INSCRIÇÕES ABERTAS

**POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DOS CURSOS
EM ATÉ 100%. INFORME-SE EM SENACRS.COM.BR/POS**

Conheça também as opções de cursos de pós-graduação a distância em: ead.senac.br/pos-graduacao



Baixe um leitor
QR Code em seu celular,
utilize-o para escanear
o código e faça seu
CV infográfico.

[/senacrsocial](https://www.facebook.com/senacrsocial) [@senacrs](https://twitter.com/senacrs)

Você ainda pode contar com diversos descontos*
e parcerias. Confira em senacrs.com.br/parceriasdescontos



Fecomércio RS



Indígenas na alça de mira

Bancada que defende interesses ruralistas colocou em curso a maior ofensiva contra as demarcações de terras de que se teve notícia desde o começo deste século



Mesmo com inúmeros protestos ao longo do ano e até mesmo com a ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados por lideranças indígenas (em abril) contra proposta que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de definir as demarcações de terras indígenas, Eduardo Alves (PMDB), presidente da Câmara, instituiu a Comissão Especial para analisar a PEC 215, que trata do tema, no último dia 10 de setembro, na calada da noite

► Por Alceu Luís Castilho e Fábio de Castro

extraclasse@sinprors.org.br

Está em curso no Brasil a maior ofensiva contra os direitos dos povos indígenas no século 21. Depois de se desdobrar para influenciar a reforma do Código Florestal, o movimento ruralista concentra agora seus esforços em projetos de lei voltados para bloquear novas demarcações.

As investidas pelas terras indígenas, orquestradas no Congresso Nacional com apoio das bancadas mais conservadoras, favorecem os interesses de setores ligados ao agronegócio, infraestrutura, mineração e ao próprio governo federal, empenhado em políticas que enxergam as demarcações como um obstáculo ao desenvolvimento.

Mas as armas dos ruralistas não se limitam a

projetos de lei e à pressão política. Pelo contrário. Por um lado, intensifica-se neste momento a histórica violência contra os índios. Por outro lado, no campo simbólico, campanhas difamatórias procuram estigmatizar esses povos e jogar a população contra eles.

O relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, publicado em junho pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mostra que o governo Federal estancou o processo de demarcação de terras: em 2012 apenas sete terras indígenas tiveram sua demarcação homologada no Brasil, enquanto 339 terras permanecem sem qualquer providência.

No Congresso, latifundiários, empenhados em garantir mais terras para o agrobusiness, lutam para aprovar o Projeto de Emenda Constitucional

(PEC) 215, que passa do Executivo para o Legislativo a função de homologar as demarcações de terras. Caso obtenham sucesso, o processo de demarcação fatalmente será bloqueado: a bancada ruralista – que já controla a Comissão da Agricultura e a Comissão da Amazônia – garantiu em setembro nada menos que 14 dos 16 nomes indicados pelos partidos para a Comissão das Terras Indígenas.

Enquanto isso, o número de casos de invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos ao patrimônio indígena passou de 42 em 2011 para 62 ocorrências em 2012. Os assassinatos de índios também aumentaram em 2012: 60 mortos, contra 51 em 2011. As ameaças de morte registradas quase dobraram, passando de 11 para 19 casos.

A violência é estratégica

Para o historiador Jorge Eremites de Oliveira, a ofensiva no Congresso e a escalada da violência fazem parte de uma estratégia de desmonte dos direitos conquistados pelos índios nas últimas três décadas. “A situação que vivemos hoje no Brasil não tem precedentes no período posterior ao processo de redemocratização do país. Somente durante o regime militar tivemos um contexto comparável em termos de violência e espoliação de direitos”, diz.

Eremites é professor de Antropologia Social e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em sua análise, os ruralistas estão extremamente fortalecidos. Além de uma representação política desproporcional no Congresso Nacional, beneficiam-se de uma conjuntura política favorável: o Legislativo é dirigido por forças conservadoras às quais o Executivo se rende em nome da governabilidade.

“Os ruralistas contam hoje com o apoio da bancada evangélica, dos ministérios da Justiça, da Agricultura e da Casa Civil. Valem-se também do interesse eleitoral da base aliada do governo. Um caso típico é o da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que confia no ataque às populações indígenas para conquistar o apoio dos ruralistas do Paraná, onde pretende se eleger governadora”, afirma Eremites.

Essa posição do governo gera mal-estar dentro da própria bancada petista. “O governo está vendido, se acovarda, não quer fazer uma disputa”, dispara o deputado Padre Ton (PT-RO), defensor dos povos indígenas. “O Ministério da Saúde teve coragem de disputar com o Conselho Federal de Medicina e alguns conservadores. Mas nessa área o governo não disputa. Tem medo de disputar com essa base que pressiona, chantageia”.

Modelo desenvolvimentista dá munição

Adriana Ramos, secretária executiva-adjunta do Instituto Sócio Ambiental (ISA), diz que a ofensiva ruralista pelas terras indígenas emprega a mesma estratégia utilizada durante os debates sobre o novo Código Florestal: um “rolo compressor parlamentar” montado para limitar o alcance da legislação dentro dos latifúndios. “O objetivo é claro”, resume. “Acabar com o processo de demarcação de novos territórios e limitar o alcance das leis ambientais”.

Essa estratégia, segundo ela, é perversamente coerente com a política desenvolvimentista do governo. “No Executivo, há interesse em disponibilizar esses territórios para grandes obras de infraestrutura e de mineração sem que os índios tenham direito de opinar”, diz Adriana.

É o que faz, por exemplo, a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), que foi publicada em julho de 2012 e, depois de fortes protestos de indígenas, temporariamente suspensa. Caso entre em vigor, a medida permitirá intervenções militares e empreendimentos hidrelétricos, minerais e viários em terras indígenas sem consulta prévia aos povos, além de prever a revisão dos territórios já demarcados e homologados.

Para o secretário-executivo do Cimi, Cleber Buzatto, a PEC 215 é o principal instrumento dos ruralistas na ofensiva contra os povos indígenas. Mas, além dela e da Portaria 303 da AGU, há outras iniciativas como o Projeto de Lei Complementar 227, que tramita desde 2012. O projeto, considerado como a “legalização da grilagem”, vem sendo barrado graças à mobilização dos índios.

“Elaborado para regulamentar o uso de terras indígenas em situações extremas – como guerras ou epidemias – o projeto poderá permitir que os

ruralistas legalizem latifúndios, assentamentos rurais, cidades, estradas e outros empreendimentos em terras indígenas”, diz.

Tramitam também a PEC 237 – que prevê a concessão de terras indígenas para a União, permitindo o uso comercial delas por produtores rurais – e o PL 1.610, que regulamenta a atividade mineradora em terras indígenas. Este projeto data de 1996, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), mas só agora ganha chance efetiva de ser aprovado. Jucá presidiu a Funai nos anos 1980, durante o governo Sarney, e autorizou a exploração de madeira em terras indígenas. “Agora quer abrir a porteira para a mineração”, diz Ivar Busatto, da Operação Amazônia Nativa (Opan). “E os impactos sociais antes, durante e depois das atividades são muito sérios”.

Cleber Buzatto, do Cimi, conta que, além desses projetos de lei, há instrumentos de autoria do próprio Executivo, como a Portaria interministerial 419, de 2011, que pretende agilizar os procedimentos administrativos para a construção de empreendimentos que afetam as terras indígenas. “Existe uma articulação para manejar uma série de outros instrumentos administrativos e jurídicos, fechando o cerco contra os índios”, afirma. “Esse processo se intensificou a partir de 2012”.

Trata-se de um verdadeiro milagre da multiplicação dos projetos. “Fiquei sabendo que existe uma comissão da reforma da Constituição, com a relatoria do Romero Jucá”, conta o deputado Padre Ton. “Querem reformar o parágrafo que fala da mineração. Fomos pegos de surpresa por uma comissão feita na surdina. Esses parlamentares refletem o patrocínio dessas corporações. O governo não faz disputa por causa da chantagem desses grupos e da importância da mineração na balança comercial”.

EC ►

A VIDA SE TORNA ETERNA QUANDO LEMBRADA.

O PREVIR FOI CRIADO ESPECIALMENTE PARA ATENDER AS FAMÍLIAS GAÚCHAS, OFERECENDO A SOLUÇÃO COMPLETA EM SERVIÇOS FUNERÁRIOS, ALÉM DE OPÇÕES EXCLUSIVAS PARA CRIAR CERIMÔNIAS EMOCIONANTES E INESQUECÍVEIS.

ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O SINPRO/RS, OFERECE DESCONTOS ESPECIAIS PARA SEUS ASSOCIADOS, ALÉM DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS:

- RESOLUÇÃO DE TODAS AS ETAPAS QUE ENVOLVEM O FUNERAL
- ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM PROPORCIONAR CONFORTO E FACILIDADES ÀS FAMÍLIAS
- AUXÍLIO E SUPORTE NOS TRÂMITES BUROCRÁTICOS
- ACESSO FACILITADO A TODOS OS SERVIÇOS DO CREMATÓRIO METROPOLITANO

Centro de orientação e atendimento 24h.

0800 51 2505

Av. Prof. Oscar Pereira, 250 - Porto Alegre | RS

51 3217.3233

www.previr.com.br

Previr
Serviços Funerários

POLÍTICA

Índios se mobilizam para contra-atacar



Presença dos povos indígenas em Brasília é constante

Apesar das investidas frenéticas dos ruralistas, os ativistas mantêm o otimismo. “A situação

atual só poderá ser contornada com uma forte mobilização da sociedade, que já está acontecendo”, diz Adriana Ramos. “Existe um risco real de um retrocesso histórico em termos de legislação, mas estamos confiantes na mobilização dos índios, povos tradicionais e quilombolas. Assim como a ofensiva ruralista recrudescer, nossa mobilização se intensificou também”, acredita o secretário-executivo do Cimi.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) realizou em todo o Brasil, entre os dias 30 de setembro e 5 de outubro de 2013, a Mobilização Nacional Indígena. Mais informações: <http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/>

ENTREVISTA

Uma “crise Guarani”

Spensy Pimentel é antropólogo e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (USP). Em 2012, defendeu, no departamento de Antropologia da USP, a tese Elementos para uma teoria política Kaiowá e Guarani.

Extra Classe – Há de fato uma ofensiva ruralista pelas terras indígenas?

Spensy Pimentel – Certamente, há uma forte ofensiva ruralista neste momento. No fim da década de 1970, havia também uma investida contra os territórios indígenas, pautada pelo desenvolvimentismo que norteava as ações da ditadura. A reação a essa investida ocorreu na Constituição de 1988, que nasceu em um momento de efervescência democrática, com grande articulação dos movimentos sociais, incluindo os indígenas. O resultado foi uma legislação bastante avançada. O que temos agora é um ataque direto a esses direitos garantidos na Constituição.

EC – Por que esse quadro eclodiu agora?

Pimentel – O principal fator é o grande poder acumulado pelo setor do agronegócio, que tem uma representação política desproporcional. Além disso, nos últimos cinco anos, chegamos justamente ao ponto mais sensível da discussão sobre as demarcações de terras: as áreas disputadas pelos latifundiários. Estados onde há áreas em disputa, como o Paraná, Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul, foram empurrando com a barriga o prazo constitucional estabelecido para demarcação de terras. Esse prazo expirou em 1993. Tivemos uma combinação infeliz: os ruralistas estão fortalecidos e têm apoio do governo justamente no momento em que deveriam ser feitas as demarcações nas áreas mais disputadas. Além disso, a Funai, que há dois ou três anos atuava de forma muito parcial em favor dos fazendeiros, mudou de postura, pressionada pelo Mi-

nistério Público, e passou a trabalhar de forma mais atuante, como sempre deveria ter feito, enfrentando o passivo de demarcações nessas regiões. Esse também foi um fator que acirrou a ofensiva ruralista.

EC – Onde está o maior potencial de conflitos?

Pimentel – Hoje, 98,5% das terras indígenas demarcadas estão na Amazônia e 1,5% delas estão nas outras regiões do país. Por outro lado, cerca de 52% da população indígena está fora da região amazônica. Por isso, nessas áreas temos passivos de demarcação gigantescos. Quando olhamos para o Mato Grosso do Sul, vemos que é ali que está o maior passivo, assim como a maior fonte de conflitos violentos. Nessa região há grande concentração dos *guarani-kaiowás*, que são o segundo maior povo indígena do Brasil e o maior fora da Amazônia. Eu diria que, se essa crise tem um nome, o nome é “crise guarani”. Sem sombra de dúvida é o povo mais prejudicado. Mas também há grandes déficits de terras no Nordeste, envolvendo especialmente os *pataxós* e *xavantes*. Fora do Mato Grosso do Sul, o segundo foco de tensão é certamente a Bahia. Nesses dois estados vemos uma escalada da violência.

EC – Quem são os atores principais dessa ofensiva?

Pimentel – A bancada ruralista, que não envolve apenas fazendeiros, mas também muitos setores agregados. O agronegócio é um complexo agroindustrial que envolve uma série de multinacionais, que têm interesse em vender insumos, serviços e tecnologia. Também temos setores do governo com grandes interesses em tocar obras que afetam áreas indígenas – como hidrelétricas, mineração e estradas. Finalmente temos lateralmente a bancada dos evangélicos, que é ideologicamente aproximada dos ruralistas.

Campanha difamatória



Guarani Kaiowá retomam terras no MS, na região de Dourados

Uma das principais estratégias dos ruralistas para avançar sobre as terras indígenas consiste em uma campanha difamatória sistemática contra os indígenas, reforçando preconceitos racistas. De acordo com o professor Pedro Funari, do departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as escolas poderiam contribuir para combater esse discurso, mas, por conta de um déficit na formação dos professores, correm o risco de fazer justamente o contrário.

Funari, que é arqueólogo, lançou em 2012, em co-autoria com a espanhola Ana Piñon, o livro *A temática indígena – subsídio para os professores*. De acordo com ele, a questão indígena de modo geral é pouco trabalhada em sala de aula. “O professor não recebe essa formação. Alguns livros de geografia e história têm referências mais ou menos consistentes sobre os indígenas do passado e do presente. Mas os professores têm pouquíssimo acesso à informação adequada e por isso pouco sabem sobre as disputas”, afirma.

No caso da atual ofensiva ruralista, segundo Funari, a velocidade dos acontecimentos deixa os professores completamente à margem da discussão. “Devido a essa lacuna na formação do professor sobre a questão indígena, ele pode acabar reproduzindo preconceitos divulgados pelos ruralistas, especialmente nas áreas próximas aos conflitos. Isso é preocupante. O conflito também se dá no campo simbólico e é aí que precisamos atuar”, explica.

A solução seria seguir o exemplo da introdução da história da África nas escolas: “A cultura afro-brasileira conseguiu uma razoável valorização e legitimação. O brasileiro percebe claramente o que é afro-brasileiro em seu cotidiano. No caso indígena, houve um apagamento mais profundo. As pessoas não percebem a ligação de seus costumes, alimentação e idioma com os índios. Para vencer essa batalha simbólica, precisamos mudar o ensino”.



Eduardo Alves e Gleisi Hoffmann, durante audiência sobre demarcação de terras indígenas (em maio)



APARTE / MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER



Algumas perguntas sobre a internet e a política

Muito tem se dito, escrito e debatido a respeito do impacto e das implicações da internet na política. A resposta mais comum à pergunta “a internet pode mudar a política?” talvez seja hoje: já mudou. Mudou mesmo? Talvez seja importante refletir um pouco sobre o significado da própria pergunta. Em um sentido mais banal, podemos dizer que, sim, em certo sentido, a internet pode mudar a política e já mudou. Em outro, porém, há elementos próprios da esfera da política que não são alterados qualitativamente pelo exclusivo uso de uma determinada ferramenta tecnológica, por mais poderosa que essa possa ser.

O que é a internet, afinal de contas? Perguntemos à própria como ela se define. Clicando a palavra “internet” em um de seus espaços mais conhecidos no mundo inteiro, o Google, temos acesso a uma interminável lista de *links* oferecendo definições e temas associados ao objeto da busca. É muito significativo que, no caso da palavra “internet”, as primeiras referências que são apresentadas são dois *links* de natureza comercial, dois anúncios de empresas operadoras de banda larga. Isso já nos diz algo importante sobre a natureza da internet hoje: uma de suas ferramentas mais importantes apresenta-se, em primeiro lugar, como um espaço comercial, uma nova fronteira de produção e acumulação de capital e de lucro. Certamente, não é só isso, mas essa função parece ocupar um espaço cada vez mais importante na rede.

Após os anúncios comerciais, temos acesso a uma definição da Wikipédia, outra ferramenta conhecida e utilizada hoje no mundo inteiro:

“A internet é o maior conglomerado de redes de comunicações em escala mundial, ou seja, vários computadores e dispositivos conectados em uma rede mundial e dispõe de milhões de dispositivos interligados pelo protocolo de comunicação TCP/IP que permite o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados. Ela carrega uma ampla variedade de recursos e serviços, incluindo os documentos interligados por meio de hiperligações da *World Wide Web* (Rede de Alcance Mundial), e a infraestrutura para suportar correio eletrônico e serviços como comunicação instantânea e compartilhamento de arquivos.”

A Wikipédia nos apresenta também alguns números que dão uma dimensão do tamanho desta rede mundial de comunicação:

“De acordo com a Internet World Stats, 1,96 bilhão de pessoas ti-

nam acesso à Internet em junho de 2010, o que representa 28,7% da população mundial. Segundo a pesquisa, a Europa detinha quase 420 milhões de usuários, mais da metade da população. Mais de 60% da população da Oceania tem o acesso à Internet, mas esse percentual é reduzido para 6,8% na África. Na América Latina e Caribe, um pouco mais de 200 milhões de pessoas têm acesso à Internet (de acordo com dados de junho de 2010), sendo que quase 76 milhões são brasileiros.”

Além disso, somos informados também que a internet teve origem no setor militar (nos Estados Unidos) e seus primórdios remontam ao período da Guerra Fria com a União Soviética. Temos, assim, algumas informações básicas sobre a internet: ela é hoje uma rede planetária de comunicação e informação, que teve origem na área militar, e que hoje se estende a praticamente todas as dimensões da vida humana com uma crescente expansão da área comercial privada. Essas são informações que a própria internet oferece sobre si mesma.

Considerando essas caracterizações voltemos à pergunta: “a internet pode mudar a política”? E por que a política deve ser mudada? Segundo as definições acima apresentadas, essa rede mundial de comunicação, crescentemente dominada por interesses comerciais privados, pode ajudar a resolver aquele que seria um dos principais problemas da política, a saber, a corrupção. Ou, dito de outro modo, uma ferramenta crescentemente dominada pelo setor privado, cujo objetivo principal é o lucro, teria o poder de resolver o problema da corrupção na política. Mas o problema da corrupção na política não tem a ver com a busca de lucro por parte de empresas privadas?

Tudo isso parece sugerir um pouco de prudência quanto às possibilidades de uma ferramenta privada alterar qualitativamente para melhor a “atividade dos cidadãos que se ocupam dos assuntos públicos com seu voto ou com sua militância”, para usar uma definição que a própria internet nos apresenta da política. Mais do que isso, sugere uma reflexão mais cuidadosa sobre a possibilidade de qualquer ferramenta tecnológica fazer isso. Se somos animais políticos, como disse Aristóteles, o que é mesmo que nos define? Qual o espaço de reflexão que separa hoje o sentido do pensamento de Aristóteles sobre a política e o modo como ele nos é apresentado diariamente por essa fantástica ferramenta tecnológica? Uma pista: a resposta a essas perguntas não pode ser encontrada na internet.



Marise Soares Corrêa
Advogada
OAB/RS Nº 13.188

Edifício Centro Profissional Quintino Bocaiúva
Rua Quintino Bocaiúva, 683/402, Moinhos de Vento
Porto Alegre/RS - CEP: 90440-051

+55 51 9981.3856
+55 51 9800.6362
+55 51 3093.3856

www.marisecorrea.com.br
marisecorrea@terra.com.br

Em busca do tempo perdido

Enquanto o governo Tarso busca recuperar espaço na área ambiental, ambientalistas saem do Consema e do Conselhão em protesto contra prioridades econômicas



Fotos: Igor Sperotto

Neio Lúcio Pereira, secretário do Meio Ambiente; Francisco Milanez, coordenador do Plano RS Sustentável; e Nilvo Alves da Silva, presidente da Fepam

► Por Roberto Villar Belmonte

extraclasse@sinprors.org.br

O Rio Grande do Sul pode finalmente alcançar um novo patamar de gestão ambiental. Diante das suspeitas que vieram à tona com a Operação Concutare da Polícia Federal, e pressionado pela opinião pública e pela oposição política, o governo do Estado reagiu. Além de medidas emergenciais para apagar “incêndios”, como a crise da extração de areia no rio Jacuí, procedimentos internos estão sendo revistos e soluções pensadas e priorizadas para resolver problemas que há muito se arrastam.

“Os meus antecessores não tiveram tanto apoio como eu estou tendo agora”, reconhece Neio Lúcio Pereira, quinto secretário de Meio

Ambiente do atual governo. Segundo ele, a discussão ambiental vinha em um processo mais lento e foi catalisada pela Operação Concutare. “As crises geram oportunidades. A prioridade para o meio ambiente foi reafirmada pelo governador Tarso Genro em reunião realizada no Palácio Piratini no dia 2 de setembro”, relata Neio Pereira.

O sucateamento das estações de monitoramento do ar talvez seja o descaso mais emblemático. Elas foram instaladas em 2001, através do Programa Pró-Guaíba, com tecnologia de ponta na época que permitia o controle em tempo real dos principais parâmetros da qualidade do ar. Eram três em Porto Alegre, uma delas na frente da rodoviária,

um dos locais com mais poluição na capital devido ao fluxo de veículos, e outras cinco em Caxias do Sul, Sapucaia do Sul, Canoas, Triunfo e Gravataí.

Todas estão sem funcionar por falta de manutenção e peças desde 2010. Neste mesmo ano, segundo dados de auditoria operacional do Tribunal de Contas do Estado, o investimento total feito na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) foi de apenas R\$ 33 mil, informa o atual presidente do órgão ambiental do estado, Nilvo Alves da Silva. Para ele, o governo sozinho não conseguirá reverter a situação de descaso com a área ambiental. “Isto também é papel da sociedade”, adverte Nilvo.

Água ainda sem plano

Como o enfoque que predominou nos últimos governos foi o de que à área ambiental caberia apenas conceder licenças rapidamente, não apenas equipamentos foram sucateados como a rede de monitoramento do ar (que permitia um acompanhamento permanente do dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio, monóxido de carbono, ozônio e partículas inaláveis em seis importantes cidades), mas também políticas públicas foram deixadas de lado, caso da Lei das Águas, cuja implantação se arrasta desde 1995.

O Sistema Estadual de Recursos Hídricos foi criado no final do governo Alceu Collares através

da Lei Nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994. A Lei das Águas, como é conhecida, prevê que “as diversas utilizações da água serão cobradas, com a finalidade de gerar recursos para financiar a realização das intervenções necessárias à utilização e à proteção dos recursos hídricos”. Também determina a criação de Agências de Região Hidrográfica e de um Plano Estadual para a água.

Diz, no Artigo 11 da Lei das Águas, que compete ao Departamento de Recursos Hídricos – DRH (atualmente ligado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente) elaborar o anteprojeto de lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos através

da compatibilização das propostas encaminhadas pelos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica com os planos e diretrizes setoriais do Estado, relativos às atividades que interferem nos recursos hídricos. Só agora tal anteprojeto deve ser finalmente elaborado.

Como poderia um departamento que tinha apenas seis técnicos conceder a outorga pelo uso da água (outro instrumento previsto em lei) e ainda coordenar a elaboração de um Plano Estadual de Recursos Hídricos? “Já contratamos mais 22 funcionários para o DRH”, informa o secretário de Meio Ambiente, Neio Pereira.

Modelo desenvolvimentista

Foto: Igor Sperotto



Sem manutenção, estações de monitoramento do ar estão sucateadas

“Não vai adiantar uma Fepam estruturada se não discutirmos o modelo de desenvolvimento econômico que está sendo adotado no Rio Grande do Sul baseado em atividades de grande impacto ambiental, como soja, celulose e carvão. A sociedade precisa discutir isso, não apenas as entidades ambientalistas, mas também as universidades e os demais setores”, defende o biólogo e professor da Ufrgs, Paulo Brack, integrante da InGá Estudos Ambientais.

Brack torce pelo sucesso do novo presidente da Fepam, mas vê com ceticismo a permanência do PC do B na Sema. “Depois da Operação Concutare, esperávamos uma mudança mais drástica, e não a manutenção do mesmo partido na secretaria, pois eles nunca tiveram uma visão ambiental, mas sim desenvolvimentista”, argumenta. Brack também considera uma esquizofrenia do governo criar um plano chamado RS Sustentável se as prioridades tem sido o carvão e a celulose.

PLANO RS SUSTENTÁVEL – Uma das

medidas anunciadas pelo governador Tarso Genro após a Operação Concutare foi a contratação do então presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), o arquiteto e urbanista Francisco Milanez, para coordenar a criação do Plano RS Sustentável. O ambientalista se afastou do cargo da entidade e aceitou o desafio governamental. Atualmente trabalha em uma sala no 21º andar do Centro Administrativo do Estado e conta com o apoio de uma assessora.

No dia 22 de julho, um Grupo de Trabalho foi instituído por decreto para elaborar o RS Sustentável. As reuniões governamentais ocorrem todas as quintas-feiras pela manhã, na sala do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social. “O objetivo é criar uma agenda ambiental positiva para o Rio Grande do Sul, mostrando que o meio ambiente é uma oportunidade de desenvolvimento. Trabalho por um estado saudável, bem alimentado e com energias limpas”, informa Milanez.

Ligado à Casa Civil, Milanez ressalta que o seu trabalho é construir a sustentabilidade de maneira transversal dentro do governo. “Estou trocando o pneu com o carro andando”, explica. Entre suas prioridades estão o lançamento de um portal sobre sustentabilidade com um banco de projetos já realizados, iniciativas para aumentar o consumo de alimentos orgânicos no Rio Grande do Sul (hortigranjeiros, arroz e carne) e incentivo a compras sustentáveis, com publicação a ser lançada na *Feira do Livro*.

Novos procedimentos internos na Fepam

A livre circulação de consultores e lobistas no prédio da Fundação Estadual de Proteção Ambiental e a falta de critério na emissão de licenças ambientais foram práticas que vieram à tona com a Operação Concutare. Para evitar problemas futuros, novas regras foram estabelecidas em portaria. A 049/2013 estabelece procedimentos administrativos para concessão de audiência a particulares, empreendedores e consultores; e a 067/2013 dispõe acerca da adoção do fluxo de tramitação dos documentos licenciatórios.

“A Fepam não tinha uma norma interna de tomada de decisão sobre licenças. As regionais agora só fazem pareceres técnicos. A licença não sobe se não tiver aprovação do chefe de serviço, do chefe da divisão, do chefe de departamento, do diretor técnico. O presidente só assina as licenças de grande porte. Criamos um fluxo para não ter que decidir caso a caso. As licenças agora estão institucionalizadas. São modificações simples, mas com peso enorme”, justifica o presidente da Fepam, Nilvo Silva.

Além da contratação emergencial de 60 técnicos e da liberação de R\$ 1,8 milhão para preparar a Fepam para receber estes novos funcionários, um plano de cargos e salários está sendo elaborado. O objetivo é homologar um concurso público para 400 a 500 vagas até abril de 2014. Reforçar as oito regionais e o setor da agricultura, atualmente com apenas 23 técnicos, estão entre as prioridades do novo presidente, que pretende ainda “valorizar as chefias da casa e eliminar todos os cargos comissionados”.

EC ►

*Uma tarefa!
Desenvolver alunos
de forma completa, inteiros.
Pensar o ser humano
como um todo.*

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS

15 de outubro é Dia do Professor

Porto Alegre: Av. Independência, 914 - Bairro Independência - Porto Alegre/RS (51) 3302-4000
Guaíba: Rua José Montauray, 305 - Bairro Centro - Guaíba/RS (51) 3055-4058
Pelotas: Rua Princesa Isabel, 280 - Sala 101 - Bairro Centro - Pelotas/RS (53) 3227-6515

uniodontopoa@uniodontopoa.com.br | uniodontopoa.com.br

AMBIENTE

Agapan não acredita mais no Consema

Mesmo depois do novo secretário do Meio Ambiente, Neio Pereira, garantir em sua posse que o fortalecimento do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) será uma de suas prioridades, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) anunciou sua saída do órgão superior do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, criado em 1994 com caráter deliberativo e normativo.

“A participação institucional é válida e a Agapan acredita nela. O que não nos serve mais é o modo como o Consema está constituído hoje, sem paridade. Além do governo ter maioria, os principais assuntos ambientais são decididos fora do Conselho, como no caso do carvão. Soubemos das decisões do governo pela mídia”, lamenta Edi Fonseca, uma das representantes da entidade que participava das reuniões.

“Esgotaram todas as possibilidades de avançarmos politicamente dentro do Consema. Então avaliamos que o Conselho não é mais um espaço legítimo para tratar das questões ambientais. O governo criou outros mecanismos para decidir, sem ouvir os ecologistas. Desconheço qualquer

projeto positivo deste governo na área ambiental. O bioma Pampa, por exemplo, está sendo invadido pela soja transgênica”, ressalta Edi Fonseca.

SAÍDA POLÊMICA – A decisão da Agapan de deixar o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), comunicada no dia 10 de julho, surpreendeu não apenas o governo, mas também alguns ambientalistas. Não pela decisão em si, pois há muito a insatisfação com o Consema é generalizada entre os ecologistas, mas pelo momento em que foi anunciada.

“A decisão de sair foi discutida durante o meu mandato na presidência da entidade e já estava tomada antes de eu aceitar o convite do governador Tarso Genro para coordenar o RS Sustentável. Só achei que deveria esperar mais, e não sair logo depois da Operação Concutare”, avalia Francisco Milanez.

“Achei uma postura política correta a deles. O Consema tem grandes vícios. No entanto, me parece que é pior sair. Permanecendo lá dentro conseguimos fazer ainda alguma intervenção”, pondera o biólogo e professor da Ufrgs Paulo Brack, do InGá Estudos Ambientais, um dos quatro representantes do movimento ecológico no Consema.

Casal Buckup deixa o Conselho

Duas semanas depois da Agapan comunicar sua saída do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), a Igré – Amigos da Água informou que o casal Georgina e Ludwig Buckup não mais participariam do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho. “Percebemos que a nossa presença, à medida em que nossos pleitos não são sequer apreciados adequadamente, serve apenas para homologar decisões tomadas pela maioria dos conselheiros, os quais, comprometidos com prioridades previamente elencadas pelo executivo estadual e apoiados pelos setores empresariais, apoiam e implementam apenas ações voltadas para o crescimento econômico, sem qualquer traço de preocupação com a qualidade ambiental e o princípio da sustentabilidade”, justificou Georgina Buckup em carta divulgada pela Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Apedema-RS).

Depois da Operação Concutare



Fotos: Igor Sperotto/arquivo 2011

Plano Estadual de Recursos Hídricos vai virar anteprojeto de lei

Prioridade de governo

Em maio, o governador colocou a área ambiental entre as prioridades do Palácio Piratini e determinou que todos os órgãos de governo trabalhassem para viabilizar as demandas da Sema e da Fepam. Na Casa Civil, o assunto passou a ser monitorado. No dia 2 de setembro, Tarso Genro reafirmou compromisso em reunião com secretariado.

Secretaria Estadual do Meio Ambiente

Projeto de lei elaborado para dar 60% de gratificação aos servidores da Sema. Equipamentos para monitorar eventos extremos de maneira remota serão instalados em 85 pontos do estado para acompanhar estiagens e inundações, 38 com recursos da Agência Nacional de Águas, 30 do Banco Mundial e 17 com recursos próprios.

Fundação Estadual de Proteção Ambiental

Duas portarias estabeleceram novos procedimentos internos. Além da contratação emergen-

cial de 60 técnicos, novo plano de cargos e salários está sendo elaborado para a realização de concurso com 400 a 500 vagas. O objetivo é repor funcionários que irão se aposentar, reforçar as oito regionais e o setor agrossilvopastoril.

Zoneamento Ecológico e Econômico

Espécie de Plano Diretor do Estado, deveria ter sido implantado há dez anos. Primeira parte a ser elaborada será a da região costeira. Contratação da Furg foi recentemente autorizada. Também foi encaminhada, através da Central Especial de Licitações, a compra de equipamentos para fazer o estudo hidrossedimentológico do Guaíba.

Sistema Integrado de Regularização Ambiental

Um dos projetos estratégicos a ser financiado com recursos do Banco Mundial, ainda não saiu do papel. O Conselho Superior do Sram foi ampliado recentemente. Estrutura de gestão em elaboração para posterior licitação de empresa que irá desenvolver o novo sistema visando qualificar e agilizar os processos de regularização ambiental.

Plano Estadual de Recursos Hídricos

Previsto na Lei Nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, teve a primeira fase de diagnóstico concluída em 2007. Em agosto, foi divulgado relatório da terceira fase de elaboração do 1º Plano Estadual de Recursos Hídricos, que agora deve virar anteprojeto de lei. Mais informações: <http://www.perh-rs.com.br>.

Plano Estadual de Resíduos Sólidos

Dez audiências públicas no interior e uma na capital serão realizadas para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que começou a ser discutido no ano passado e deve ser concluído em 2014. O tema foi o assunto da *Conferência Estadual do Meio Ambiente*, realizada nos dias 31 de agosto e 1º de setembro.

Rede de Monitoramento do Ar

As oito estações fixas e a estação móvel Ar do Sul estão sucateadas e fora do ar desde 2010. Sem solução no curto prazo, pois a tecnologia dos equipamentos instalados em 2001 está ultrapassada. Como o órgão ambiental não tem recursos disponíveis, uma parceria com a Fiergs está sendo estudada.

Eucaliptos e celulose

No dia 5 de junho, o prazo para cadastramento dos empreendimentos de silvicultura de portes médio, pequeno e mínimo foi prorrogado até 5 de outubro. E a renovação da Licença de Instalação que autoriza a quadruplicação da fábrica de celulose da CMPC em Guaíba, considerado o maior investimento privado do estado, será concedida.

Cadastro Ambiental Rural

Mais de 400 mil imóveis rurais serão cadastrados através do Cadastro Ambiental Rural previsto no novo Código Florestal. Convênio com o Senar visa ajudar no treinamento de 1,5 mil pessoas, de preferência estudantes universitários, para trabalhar neste cadastramento. Cartografia do Estado está sendo atualizada.

Tempo pra pensar



Arte: Fernando Waschburger

É chegado o momento de refletir sobre o direito ao descanso, à preguiça, ao ócio, ao lazer, ao não trabalho, ao tempo livre, enfim... à vida

Quando foi publicado pela primeira vez, em 1880, o texto de Paul Lafargue *O direito à preguiça* questionava o fato de os trabalhadores franceses terem uma jornada estendida em até 17 horas por dia. O interesse do capital no lucro e a moral cristã se uniram para incutir nesses trabalhadores que o trabalho à exaustão garante a entrada no céu. Naquela época, Lafargue dizia que as pessoas poderiam muito bem trabalhar 3 horas por dia, dando conta de todas as tarefas, e sobraria um bom tempo para o descanso e o lazer.

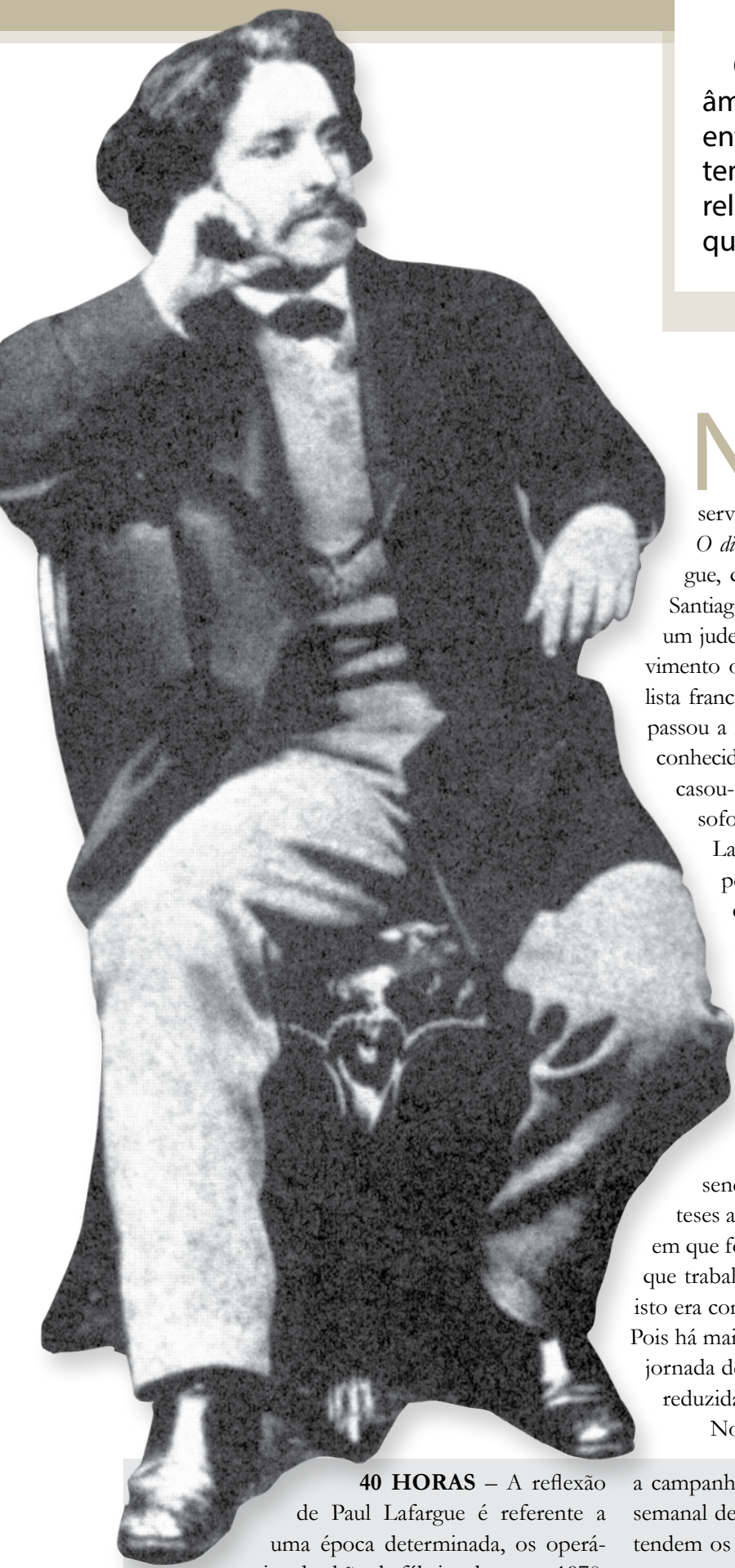
Exatos 133 anos depois, com a chegada das tão esperadas novas tecnologias, pensou-se que, agora sim, as pessoas passariam a trabalhar menos. Mas é o contrário. Conectados 24 horas por dia, os trabalhadores ampliaram para este período suas jornadas e podem receber, a qualquer momento, um torpedo, um e-mail ou uma ligação de celular do chefe. E a pergunta que fica é: por que trabalhas tanto?

Quem já não disse a seguinte frase: "Não estou tendo tempo nem para pensar!" Sinal dos tempos, reflexo do excesso de coisas a fazer. A hiperconectividade e o trabalho excessivo desumanizam no instante que privam o ser humano da característica que o distingue dos demais ani-

mais, o pensamento. No mês em que o Sinpro/RS realiza a 2ª *Semana da Consciência Profissional*, de 15 a 18 de outubro, cujo tema é *Diga não ao excesso de trabalho*, o *Extra Classe* convida os professores do ensino privado e os leitores em geral a polemizar sobre, por que não, o direito à preguiça; e justamente refletir sobre as questões que envolvem o trabalho, as condições de trabalho e o não trabalho.

O Sinpro/RS vem denunciando o excesso de trabalho extraclasse imposto pelas instituições de ensino aos professores – trabalho realizado fora da carga horária contratada, sem remuneração, abocanhando as madrugadas e os finais de semana numa afronta ao direito ao descanso. Como resultado, comprovado em pesquisa, o adoecimento dos professores. Em 2011, o Ministério Público do Trabalho reconheceu a demanda e emitiu Notificação Recomendatória para as instituições de ensino de todo o estado com seis itens que devem ser observados para a preservação do direito ao descanso do professor. Inspirada na mobilização do Sindicato, a Confederação dos Trabalhadores em estabelecimentos de Ensino (Contee) dá à campanha *Domingo de Greve* um movimento nacional. O excesso de trabalho extraclasse no ensino privado não é um problema regional, mas sim dos professores de todo o país.

De Lafargue às 40 horas semanais



O debate sobre o direito ao descanso dos trabalhadores fora do âmbito religioso – afinal, a preguiça é um dos pecados capitais – entra em cena com o surgimento da Revolução Industrial. O tema tem pautado pesquisadores, teóricos e sindicalistas conforme as relações do trabalho vão se precarizando com as novas tecnologias, que em tese deveriam proporcionar mais tempo livre.

No século 19, ironia e provocação marcaram o texto que provocou os primeiros debates sobre o assunto e que serve de base e inspiração até os dias de hoje, *O direito à preguiça*, de autoria de Paul Lafargue, que viveu de 1842 a 1911. Nascido em Santiago de Cuba, era filho de uma cubana com um judeu francês. Lafargue foi um líder do movimento operário, co-fundador do Partido Socialista francês, que fez Medicina naquele país, onde passou a maior parte de sua vida. Também ficou conhecido como jornalista e escritor. Em 1868, casou-se com Laura, a segunda filha do filósofo/economista alemão Karl Marx. Paul e Laura viveram juntos até a morte, pactuada pelo suicídio de ambos, quando ele estava com 69 e ela com 66 anos, idades bastante avançadas para os padrões da época. Lafargue é, ainda hoje, referência obrigatória sobre o tema, de Domenico De Masi à Marilena Chaui.

O texto/panfleto/manifesto foi publicado pela primeira vez em 1880, no jornal socialista *L'Égalité*. É famoso pela polêmica que causa até hoje, sendo objeto de várias reedições e diversas teses acadêmicas em todo o mundo. Na época em que foi escrito, os operários franceses tinham que trabalhar 10, 12, 14 e até 17 horas por dia e isto era comum para homens, mulheres e crianças. Pois há mais de 130 anos, Lafargue defendeu que a jornada de trabalho poderia ser substancialmente reduzida a apenas 3 horas.

No Brasil, *O direito à preguiça* vem sendo

publicado nas últimas décadas. A primeira tradução brasileira ocorreu em 1980, exatos cem anos após sua publicação na França. A mais famosa delas possui introdução da filósofa Marilena Chaui. Na língua portuguesa, há uma introdução também bastante conhecida feita pelo sociólogo italiano Domenico De Masi. Eis um trecho do texto de Lafargue:

Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a fortuna social e as vossas misérias individuais; trabalhem, trabalhem para que tornando-vos mais pobres tenham mais razão para trabalhar e para serem miseráveis. Eis a lei inexorável da produção capitalista.

Lafargue não aceitava que se desse adeus à alegria, à saúde, à liberdade, “adeus a tudo o que faz a vida bela e digna de ser vivida”. E proclamava o direito à preguiça, “milhares de vezes mais nobres e saradas do que os tísicos direitos do homem digeridos pelos advogados metafísicos da revolução burguesa; que ele se obrigue a trabalhar apenas três horas por dia, a mandriar e a andar no regabofe o resto do dia e da noite”.

Mas ele sabia que não seria fácil dobrar o interesse do capital e o dogma religioso, casados no interesse de fazer o ser humano trabalhar até a exaustão. “Convencer o trabalhador que a palavra que lhe inocularam é perversa, que o trabalho desenfreado a que se dedica desde o início do Século XIX é o mais terrível flagelo que já alguma vez atacou a humanidade, que o trabalho só se tornará um condimento de prazer, da preguiça, um exercício benéfico para o organismo humano, uma paixão útil ao organismo social, quando for prudentemente regulamentado e limitado a um máximo de três horas por dia, é uma tarefa árdua”.

40 HORAS – A reflexão de Paul Lafargue é referente a uma época determinada, os operários de chão de fábrica dos anos 1970, 1980 do século 19. E esta preocupação com a extensa jornada de trabalho é ainda hoje um dos objetos de trabalho de sindicalistas do século 20 até então. Se o desejo de Lafargue é ainda uma utopia distante, ao comemorar seus 30 anos, em 2013, completados em 28 de agosto passado, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançou

a campanha *40 horas já!*, pela redução da jornada semanal de trabalho sem redução de salários. Entendem os cutistas que este é um importante instrumento para a criação de empregos, para distribuição de renda e de melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Em 2005, no texto *Saúde do trabalhador: novas-velhas questões* - elaborado para a 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador – pelo professor da Escola Paulista de Medicina Francisco Antônio Lacaz e pelo pesquisador da Escola Nacional de

Saúde Pública Carlos Minayo Gómez é apontado que, com o aprofundamento da reestruturação produtiva, a perda de vínculos formais de trabalho, a precarização e o trabalho em domicílio, novos elementos devem ser estudados para se entender as relações de trabalho e os adoecimentos produzidos por elas. Esta questão também é levantada pelo economista e professor Marcio Pochmann: “o sindicato não representa o trabalhador quando está fora da fábrica ou do canteiro de obra”.

Plugado 24 horas por dia

O economista e doutor em Ciência Econômica Marcio Pochmann alerta sobre as profundas alterações que os processos de trabalho vêm sofrendo desde a década de 1970 em decorrência da adoção de novas estratégias empresariais visando ao aumento da competitividade. Nesta entrevista ao *Extra Classe*, ele aponta mais retrocessos que avanços nas condições e relações de trabalho e diz que entre os principais segmentos que compõem o curso da reestruturação capitalista encontram-se os serviços influenciados pelas novas tecnologias da informação e comunicação. De acordo com ele, a tecnologia não é neutra e pode ser usada dependendo da correlação de forças existentes. Uma correlação que não pende para os trabalhadores.

Extra Classe – Qual a relação que o trabalho tem com novas tecnologias?

Marcio Pochmann – Há duas décadas se mencionava que os avanços tecnológicos viriam acompanhados de tempo livre para a sociabilidade, ampliação de conhecimentos, maior permanência com a família. Mas o tempo livre se reduziu a viver um avanço rápido para uma sociedade pós-industrial e o que é predominante é o trabalho imaterial, que gera uma alienação grande.

EC – Mas as novas tecnologias não seriam aliadas para a redução do tempo de trabalho?

Pochmann – Como vivemos em uma sociedade capitalista, o objetivo não é aumentar a produção e sim aumentar o lucro. A disputa da relação capitalista com as novas tecnologias tem feito com que o ser humano se mantenha plugado no trabalho heterônomo 24 horas por dia.

EC – O que pode acarretar a elevação dos níveis de exploração do trabalho?

Pochmann – A intensificação e extensão do labor sob as novas tecnologias de informação e comunicação resultam no avanço de doenças mentais. No Brasil não são identificadas associações do crescimento de adoecimentos mentais com o trabalho. Vários países já demonstram este vínculo e muito destes adoecimentos está vinculado a metas de produção, a estar ligado com as questões de trabalho 24 horas por dia. Estar conectado permanentemente acarreta ansiedade, depressão. E, lamentavelmente, existem poucas pesquisas sobre estas questões no Brasil.

EC – Existem formas legais para a defesa dos trabalhadores nesta esfera?

Pochmann – A legislação é escassa. São muitos anos de trabalho material. O trabalho imaterial passaria a exigir não uma atualização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), porque há uma mudança profunda no mundo do trabalho. Esta condição de supertrabalhador requer outro padrão de segurança social e trabalhista.

EC – Qual o papel da educação neste contexto?

Pochmann – É consenso que educação é fundamental. Ninguém fala em contra-

-educação. Educação é portadora do futuro e da nova riqueza da sociedade internacional, que é o conhecimento. Informação não é conhecimento. Conhecimento requer cada vez mais superação. A educação hoje não deve estar voltada somente para a criança e o adolescente. Tempos atrás o adulto era aquele que não estudava. Quando olhamos esta sociedade que falamos tecnológica, percebemos que a educação necessita ser transformada em algo para a vida toda. Todos precisam continuar estudando. E a universidade, tal como a conhecemos, deve perder o monopólio da formação superior. É hoje uma universidade muito associada à ideia do passado. A sala de aula, também na escola, é um espaço específico para isto. A escola é uma forma de ver a educação formal. A sala de aula foi transformada em presídio, com seguranças para a entrada e saída das crianças. Bem diferente do que precisamos em termos de educação hoje. Há uma desconexão do que se ensina na sala de aula com o que o aluno tem interesse em aprender. É o método de ensino paperial, só papel. E estamos numa sociedade digital.

EC – Como o senhor vê a distribuição do tempo de trabalho? Em alguns artigos, o senhor tem mostrado ser possível postergar a entrada no mercado de trabalho para bem depois de 20 anos...

Pochmann – É fundamental se preparar para o mercado de trabalho. Há uma pressão por trabalhar cedo. A educação é ainda funcionalista, voltada para o mercado de trabalho. Mas estamos falando de uma educação diferente, uma educação para a vida. Trabalhar depois dos 20 anos é prerrogativa exclusiva dos filhos dos ricos. Eles entram bem mais tarde e, por isto, mais preparados para obter os principais postos de ocupação, enquanto os filhos dos pobres estão condenados a ingressar cedo no mercado de trabalho e se conformar com os serviços subalternos.

EC- Qual a consequência disto?

Pochmann – A consequência direta é a reprodução da desigualdade entre pobres e ricos.



A satanização do descanso

No Gênesis, da Bíblia judaico-cristã, o trabalho é imposto como uma pena eterna a Adão

ARTIGO

Direito ao não trabalho

Por Luciane Lourdes Webber Toss*

Diante de um sistema produtivo cada vez mais desenvolvido onde o empregador, através do uso de aparatos tecnológicos, invade os espaços privados de seus empregados com maior facilidade, comprometendo os critérios espaço-tempo do trabalho (vide a utilização de *e-mails*, *Facebook*, *Twitter*, entre outros), é necessário que se resgate o direito ao não trabalho.

Quando falamos de “não trabalho” nos referimos especificamente a um direito destinado a trabalhadores empregados em cujas categorias a dinâmica da modernidade quer impor jornadas de trabalho cada vez mais elásticas, suprimindo os horários de descanso e repouso e, portanto, tornando os trabalhadores disponíveis muito além das horas contratadas. É o caso dos professores da rede privada de ensino.

O não trabalho é aquele momento a que todos nós, trabalhadores cotidianos, temos direito. É um direito de nos desapegarmos das tarefas e labutas e simplesmente nos regozijarmos em nossas próprias existências, ou naquelas de quem escolhemos dividir nossas horas de lazer conosco, ou seja, nossa família e nossos amigos.

Aqui se encontram aqueles direitos já consagrados formal e materialmente como o direito ao descanso e ao repouso, ou aqueles imateriais como o que veda o dano existencial. Em que pese não estar relacionado no capítulo dos direitos trabalhistas e sim nos direitos sociais, o direito ao lazer integra o rol de direitos fundamentais do homem. Está lá, no Art. 6º da Constituição Federal.

Seja em uma visão utilitarista, onde o horário de repouso e intervalo repõe as energias, seja em uma visão compensatória, onde o descanso é a restauração da dignidade roubada pela mais valia do trabalho, seja em uma visão romântica, onde o tempo livre para si e para os seus é a felicidade, o lazer sempre está relacionado ao tempo que difere do tempo do trabalho.

Ao prever tempos destinados ao não trabalho, a legislação não faz nada mais do que reconhecer a necessidade de socialização. Como diria Mario Quintana em seu poema *O Tempo*: “A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa”.

*Assessora Jurídica do Sinpro/RS, mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos.

Na introdução do seu texto, o cubano Lafargue argumenta que trabalhar, muitas vezes além das forças humanas, é resultado do dogma religioso, que impinge que o homem veio ao mundo para sofrer e “não à filosofia, contrária, que diz ao homem: goza”. Para ele, a moral capitalista é uma lamentável paródia da moral cristã, que condena os homens à redução do mínimo de suas necessidades, suprimir suas alegrias e as suas paixões e condená-lo ao papel de máquina, entregando trabalho sem dó nem piedade. É a religião do trabalho.

É também a religião, diz, quem dá todo o amparo para que o capital explore economicamente o trabalho de homens, mulheres e crianças. É a moral cristã que prega “quanto mais os meus povos trabalharem, menos vícios existirão”. Irônico, ele lembra que Cristo pregou a preguiça no sermão da montanha, citando a seguinte passagem: “Contemplai o crescimento dos lírios dos campos, eles não trabalham nem fiam e, todavia, digo-vos, Salomão, em toda sua glória, não se vestiu com maior brilho” (Evangelho segundo São Matheus, cap. VI).

Mais irônico foi ao recordar que “Jeová, o deus barbudo, deu aos seus adoradores o exemplo supremo da preguiça ideal: depois de seis dias de trabalho, repousou para a eternidade”. Mas, como lembra o filósofo marxista Leandro Konder, o problema é que quando os pobres tratam de imitar Jeová, a polícia os rotula como vagabundos e os põe na cadeia.

Diz Lafargue: “Tal como Cristo, a triste personificação da escravidão antiga, os homens, as mulheres, as crianças do proletariado sobem penosamente, há um século, o duro calvário da dor: desde há um século que o trabalho forçado quebra os seus ossos,



Arte sobre tela Eternal Dilemma Eternal Dilemma – The C

“Todas as misérias morais e individuais vieram

e a santificação do trabalho

Adão e Eva. A preguiça, por sua vez, foi transformada pela Igreja católica em pecado capital

ARTIGO

Estabelecendo limites

Por Cecília Farias*



magoa as suas carnes, dá cabo dos seus nervos; desde há um século que a fome torce as suas entranhas e alucina os seus cérebros...”

E, aí, é ele quem reza: “Ó, preguiça, tem piedade de nossa longa miséria! Ó, preguiça, mãe das artes e das nobres virtudes, sê o bálsamo das angústias humanas!”

No livro do Gênesis, da Bíblia judaico-cristã, o trabalho é imposto por Deus como uma pena eterna a Adão e Eva. Já a preguiça, por sua vez, foi transformada pela Igreja católica em um pecado capital, qual seja: condenável.

Lafargue não estava sozinho em sua tese. Trouxe para seu apoio a vida dos gregos antigos, que tinham desprezo pelo trabalho. “Só aos escravos era permitido trabalhar. O homem livre só conhecia os exercícios físicos e os jogos de inteligência. Poetas cantavam a preguiça, esse presente dos deuses”.

ÓCIO – Em meados dos anos 1990, início de 2000, os livros do sociólogo italiano Domenico De Masi passaram a ser leitura obrigatória entre os sindicalistas brasileiros. Os mais conhecidos são *Desenvolvimento sem trabalho* e *Ócio criativo*.

O italiano enxerga o trabalho como uma escravidão e aponta que a saída para a humanidade é monopolizar a imaginação e a criatividade, qualidades que os robôs não possuem. Tal qual a moral cristã, que faz o sujeito se sentir culpado se não estiver trabalhando, De Masi acredita que as pessoas gostariam de trabalhar menos. Porém, quando conseguem isso, entram em depressão pela simples vontade de ser útil e não se tornar ocioso.

Ele assegura que assim que a humanidade deixar de correr atrás do dinheiro, como único objetivo de vida e identidade de cidadania, talvez, no futuro, possa dispor do tempo ocioso da melhor maneira.

Um dos conhecimentos trabalhados na escola é a importância de os alunos agirem dentro de determinados limites, respeitando o regramento social que garante um convívio saudável entre os grupos sociais. A máxima *o meu limite vai até onde começa o do outro* é referida pelos professores que têm redobrado trabalho em razão de os limites sociais dos alunos não serem, muitas vezes, valores construídos na família.

A vida atribulada pelas inúmeras tarefas educacionais, que ficam cada vez mais por conta dos professores, e a “obrigação” de cumpri-las no tempo exíguo estabelecido pelas instituições, afastam o professor da reflexão sobre os seus próprios limites.

Além disso, existe o temor de que, ao não atender as demandas crescentes das instituições, poderão diminuir o seu prestígio e, consequentemente, serem dispensados da instituição. Por entenderem que direções e coordenações normalmente se pautam pelas múltiplas exigências aos docentes, acabam aceitando tarefas muito complexas para o tempo estabelecido. Muito frequentemente, nem tentam argumentar sobre a dificuldade de desempenhar a tarefa imposta no tempo determinado e, muito menos, sobre a pertinência de determinado trabalho ser desenvolvido por professor e não por outros profissionais da instituição.

A consequência de toda essa sobrecarga de trabalho é o adoecimento do professor. O desgaste provocado pelas tarefas profissionais estão entre as principais causas do estresse. Como consequência, intensificaram-se o aparecimento de dores musculares, a ansiedade, a angústia e o cansaço. E o pior, acabam trabalhando doentes, porque na instituição privada a falta ao trabalho é “falta grave”.

É chegada a hora de o professor pensar nos seus próprios limites, reagindo contra deveres que lhe são impostos, contra os constrangimentos sofridos na instituição, o acúmulo de trabalho, às atitudes assediosas dos superiores, ao cansaço, à falta de respeito. O professor precisa dizer sim a uma vida em que a realização profissional e pessoal o estimulem ao lazer, à cultura, à criatividade, ao convívio com seus familiares e amigos, ao investimento no constante crescimento pessoal, à sua própria vida.

*Diretora do Sinpro/RS, conselheira do CEEEd.

de sua paixão pelo trabalho” – Paul Lafargue

Hiperconectividade e os danos à saúde

Segundo psicanalista, vivemos uma transição, como no início do século 19, com a chegada do sistema fabril e o êxodo rural. “Havia perplexidade; hoje, temos uma loucura coletiva”



Foto: Igor Sperotto

Quando estive no Brasil para uma série de palestras sobre a relação do trabalho com a saúde, inclusive em Porto Alegre, em maio de 2012, o psiquiatra e psicanalista francês Christophe Dejours afirmou que há um aumento preocupante de casos de descompensações psicológicas oriundas das relações de trabalho. E ele não está só nesta constatação. Muitos estudos recentes demonstram crescente número de pessoas com problemas de transtornos mentais e tudo indica que, em breve, os adoecimentos mentais suplantarão as doenças osteomusculares (hoje a primeira no *ranking*) nas estatísticas de afastamento do trabalho.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 340 milhões de pessoas no mundo estão afetadas por depressão, 45 milhões por esquizofrenia e 29 milhões por demência. Isto sem falar na dependência química (álcool e drogadição), com um índice cada vez mais elevado de afastamento do trabalho. A OMS aponta que os transtornos mentais estão entre as doenças mais onerosas do mundo.

Para Dejours, esta é a consequência do desejo de explorar ao máximo a força de trabalho, e o mundo moderno apresenta novas armas para isto. Como as novas tecnologias que, vindas para facilitar e melhorar a vida das pessoas, dando a elas condições de trabalhar menos, parecem se transformar em mais um meio de escravidão.

A revista virtual *Caros Amigos*, de julho de 2013, informa que a pressão de estar conectado 24 horas por dia vem mudando o perfil das doenças do trabalho. “Atualmente, porém, as pessoas, em todos os níveis sociais, trabalham mais e têm sua vida pessoal e profissional misturada pelo mundo digital e virtual, são atingidas por uma crise de so-

ciabilidade e veem suas vidas encolherem, a despeito do tempo médio de vida da população”, diz o texto. Ao ser entrevistada, a médica e pesquisadora da área de saúde do trabalhador, Maria Maeno, faz coro com Dejours ao constatar que, cada vez mais, os transtornos mentais vêm tomando o lugar das doenças incapacitantes, e mesmo das doenças cardiovasculares, nas estatísticas mundiais. “Quem tem meta para cumprir faz parte da população de risco que, a qualquer momento, mesmo na folga, pode receber um torpedo, um *e-mail* ou uma ligação pelo celular do chefe”.

Pesquisadores da área salientam que não é a tecnologia que deve ser desmoralizada e, sim, entender que ela foi absorvida como uma nova forma de exploração que faz explodir os limites das jornadas de trabalho. “O capital tomou para si a vantagem do avanço tecnológico e transformou isto em lucro. Ao invés de reduzir a jornada de trabalho, reduziu as equipes, estipulou metas audaciosas e usa os meios de comunicação em tempo real como forma de controle e de extensão do trabalho”, destaca o sociólogo Giovanni Alves, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Marília.

“A vida está reduzida e o trabalho estranhado. No modo de vida *just in time* tudo é feito no limite. As pessoas estão sempre correndo e estão encolhendo os espaços para as relações humanas”, acrescenta o professor. E avisa ser muito difícil impedir que os trabalhadores, sejam do setor público ou privado, braçais ou intelectuais, sofram uma invasão nas suas horas de lazer.

O psicanalista Christian Ingo Lenz Dunker, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), confirma que a cultura do

O tema é pauta dos trabalhadores

A 1ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, realizada em Porto Alegre, em 2002, já trazia a influência dos pensamentos de Paul Lafargue e Domenico De Masi. Com o tema *A saúde do trabalhador em debate*, o SUS (Sistema Único de Saúde), trabalho, direito, cidadania e ócio, abriu espaço para a discussão raramente feita entre trabalhadores. Em 2014, acontecerá a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e o Rio Grande do Sul fará sua segunda edição.

O objetivo daquela conferência era debater as transformações ocorridas a partir das relações sociais e do trabalho impostas pela sua organização e como impactavam na saúde dos trabalhadores. O debate destes temas foram o ponto de partida para a reflexão sobre o ritmo intenso e contínuo do processo produtivo imposto pelo trabalho moderno e que agregava algo até pouco tempo pouco comentado: o resgate da importância do prazer e do ócio para a manutenção da saúde.

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região (Stifa), João José Costa, foi delegado naquela conferência. Ele lembra que os livros do italiano De Masi tiveram grande influência no tema escolhido. “Para nós, foi importante mostrar que o trabalhador tem que ter tempo de lazer, que isto tem tudo a ver com saúde”. Onze anos depois, Costa constata que a realidade do trabalhador hoje é muito pior, pois este direito não foi internalizado e as pessoas estão levando trabalho para casa com seus telefones e *e-mail*. “A informatização nos trouxe mais trabalho”, diz.

O também sindicalista João Darcy Resende, hoje coordenador adjunto da 11ª Coordenadoria Regional de Saúde (11ª CRS), com sede em Erechim, foi um dos organizadores daquela conferência. Ele recorda que houve muitos debates sobre as extensas jornadas de trabalho de várias categorias profissionais, o que acarretava fadiga de trabalhadores. “Isto levava a muitas situações de adoecimentos, daí pensamos que a discussão sobre o direito ao ócio, ao lazer, era fundamental em uma conferência de saúde do trabalhador”.

trabalho contínuo e da disponibilidade permanente têm produzido estragos subjetivos cujos traços clínicos mais mencionados são a irritabilidade, reatividade, agressividade impulsiva e transtornos do sono e do sonho, pois dormir seria desligar.

O problema, para ele, é a impossibilidade de controle social das novas tecnologias. “O celular é uma coleira eletrônica. Estamos numa fase de transição, como na primeira década do século 19, com a chegada do sistema fabril e o êxodo rural. Havia uma perplexidade; hoje, temos uma loucura coletiva”.

“A alienação pode ser vencida?”

O latim *labor* originou o inglês *labor*, que significa esforço penoso. Marilena Chaui indaga: “não é significativo que muitas línguas modernas recuperem a maldição divina contra Eva usando a expressão trabalho de parto?”

ARTIGO

O “não” como símbolo da dignidade e autoridade do professor

Por Roséli Olabarriaga Cabistani*

A relação do professor com sua profissão é uma relação muito particular. Ao referirem-se a ela, os professores mencionam a paixão como um componente fundamental, o que indica que muitos compõem a sua função docente munidos de uma formação que inclui o laço emocional com o trabalho, compreendido como o campo de relações com seus alunos e a própria “missão” de educar. Ocorre que essa peculiaridade do fazer docente vem sendo cada vez mais invadida por demandas de atividades sem fim. Essas atividades exigem ir muito além das horas contratadas pelas escolas.

Nosso propósito é interrogar quais são os obstáculos que impedem o professor de dizer não a esses excessos.

Faz parte dos processos mais primitivos do pensamento a enunciação do **não**. É através da negativa que inicialmente nosso eu se afirma. O excesso de trabalho, a insegurança do vínculo profissional, o tratamento do professor como alguém que deve satisfazer o aluno-cliente vêm provocando uma erosão na autoestima do professor. Este acaba esquecendo que seu trabalho envolve um grande poder, o poder conferido pela atividade de educar e pelo vínculo afetivo que se estabelece entre ele e seu aluno.

A organização do trabalho obriga os professores a correrem cada vez mais, impedindo-os de pensar e criar e, principalmente, o cenário de competitividade construído pela sociedade consumista e individualista em que vivemos faz com que os laços de solidariedade, compartilhamento e apoio que poderiam encontrar em seus colegas se fragilizem. Cada um vive a sua situação na mais extrema solidão, julgando-se o único responsável pelos méritos e fracassos que possa vir a encontrar. Como então bancar uma resistência se estão constantemente ameaçados?

Embora seja este um cenário alarmante, não podemos esquecer que a angústia, produzida por essas novas formas de viver as relações no ambiente escolar, pode impedir-nos de ver que não somos escravos. Podemos acabar nos habituando a uma “servidão voluntária”, impeditiva do exercício do nosso inalienável direito de liberdade, de descanso e lazer.

*Psicanalista (APPOA), doutora em Educação (Ufrgs).
Professora da Ufrgs e assessora do NAP.

O filósofo marxista Leandro Konder, professor da PUC do Rio de Janeiro, comentou o mais conhecido texto de Paul Lafargue para o jornal *Extra Classe*. Para Konder, se o título do panfleto famoso, em vez de ser *O direito à preguiça* fosse *O direito ao lazer* ou *O direito ao ócio*, corresponderia melhor ao conteúdo da obra. Mas como a intenção do autor era provocar e chamar a atenção para o que estava por trás da exaltação ao trabalho, “o título adotado é jornalisticamente genial”.

Conforme o professor, “é quase inevitável, ao lê-lo, sentirmos a força do apelo de sua participação no impulso revolucionário de 1871. Ele parece nos convocar para uma luta que reaparece hoje e nos chama para uma trincheira, imaginária ou real, mas sempre efetiva”. E questiona: “A alienação pode ser vencida? Em Lafargue, nos defrontamos com imagens otimistas que oscilam entre utopia e revolução”.

Konder aponta que a atual condição humana nos põe diante de contradições insolúveis. “Por um lado, o domínio das forças naturais é um pressuposto da libertação da humanidade. Por outro, na sociedade dividida, os próprios avanços da humanidade criam novas formas de opressão”. E defende que estamos a enfrentar uma contradição que nos frustra e nos oprime.

ORIGEM – A filósofa Marilena Chaui, tam-

bém professora da Universidade de São Paulo (USP), é autora da famosa introdução da segunda edição do texto de Paul Lafargue pela Editora Unesp/Hucitec. Durante conferência na série *O elogio à preguiça*, realizada no Rio de Janeiro, em 2011, ela observou que a palavra trabalho não existia em grego ou em latim. E que a palavra latina que deu origem a trabalho é *trapallium*, um instrumento de tortura.

O latim *labor*, acrescenta, originou o inglês *labor*, que significa esforço penoso. “Não é significativo que muitas línguas modernas recuperem a maldição divina contra Eva usando a expressão trabalho de parto?”, indaga.

Durante sua palestra, ela não poupou inclusive seus colegas intelectuais, ao afirmar que muitos se dobraram à alienação do trabalho, e não têm mais controle sobre o que produzem. “Suas obras são mercadoria, não revelam a subjetividade de autor”. Cita os acadêmicos em especial, que se renderam à ideia de produtividade, de controle de qualidade e de *ranking*. “Isto é uma destruição da vida do pensamento”.

Segundo Chaui, hoje todas as ciências deixaram de ser um conhecimento que passa ao largo do capital e se tornaram uma força produtiva. “A subordinação do intelectual à lógica do capital se fará com a mesma ferocidade com que ela se fez sobre o proletariado”.

Foto: Arquivo pessoal/divulgação



Leandro Konder, filósofo e professor da PUC-Rio

Foto: Felipe Della Valle/Câmara de Vereadores de Porto Alegre



Marilena Chaui, filósofa e professora da USP

Longe das crianças

Mães trabalhadoras ficam longos períodos distantes dos seus filhos e, apesar da valorização de suas carreiras, gostariam de ter mais tempo com a família

Em seu texto, Paul Lafargue fala em “arrancar os operários dos seus lares para melhor os torcer e para espremer o trabalho que continham”. E expunha uma preocupação particular para com as mulheres, questionando por que uma mãe trabalha, respondendo a seguir que ela é obrigada, devido à carestia de renda.

Ao trazer a questão para os dias hoje, o dilema permanece atual. A funcionária pública Daniela Nunes Mendes, 25 anos, trabalha 8 horas por dia. Ela voltou da licença-maternidade em maio e, desde então, usa de vários artifícios para amenizar a saudade. Sua mesa de trabalho tem fotos do pequeno Gabriel, hoje com 12 meses, e ele também está na tela do computador.

Enquanto está no trabalho, a mãe da Daniela e a sogra se revezam nos cuidados com o menino. “Tento evitar ligar, fiz uma lista com todos os telefones, meu, do meu marido, Rafael, dos pediatras com quem ele já consultou, dos postos de saúde mais próximos...”. Deixa dinheiro para alguma eventualidade, mas “qualquer coisa, sendo grave ou não, que me liguem”.

Daniela não pensa duas vezes quando é perguntada sobre o que faria se tivesse mais tempo livre: “Preciso trabalhar, não posso deixar, trabalho porque preciso complementar a renda de casa”. Mas, se pudesse trabalhar menos horas, com o mesmo salário, ela ficaria mais tempo com Gabriel, sem pensar em arranjar outra atividade remunerada. Ela gosta

do trabalho, de se sentir útil, gosta de estudar e há pouco se formou em Administração. Sentiria falta

se fosse afastada do trabalho, mas gostaria de ter mais tempo para o filho, para o lazer com a família.

Aos 43 anos, a secretária executiva Adriana Limberger passa, no mínimo, 8 horas no trabalho. A filha, Joana, de quatro anos, fica o dia na creche, enquanto sua mãe cumpre a carga horária de trabalho. “Se pudesse, pararia só para cuidar dela. O que me prende é que, parando, a renda do meu marido não daria para a escola dela e todas as despesas”. Adriana sofre por perceber que o tempo passa: “fico sem curtir as fases dela”. E afirma que se pudesse reduzir o tempo de trabalho sem reduzir salário, não pensaria em outra coisa a não ser ficar um período em casa com a menina, “pelo menos enquanto ela é pequena”.

A educadora Cleci Souza Lima Martins, 48 anos, tem uma carga horária semanal de 40 horas, mas contabiliza muito mais tempo que isto. (“Eu não tenho 40 horas, eu estou o tempo todo ligada ao trabalho”). Mãe de quatro filhos (José, dez anos, João, nove, Miriana, sete, e Pedro, quatro), ela sofre porque o seu traba-

lho dá garantia de subsistência à família, “mas o que eu tenho que fazer como mãe, educadora, fica para trás”.

Se tivesse a chance de reduzir seu tempo para o trabalho, ela gostaria de dedicar suas manhãs para fazer as coisas de sua casa e acompanhar as tarefas dos filhos, como as escolares. “Mas isto não é possível, e aí tenho que dar conta destas coisas do jeito que dá, sobrecarregada, e coisas de qualquer jeito significam coisas de mau jeito”. Não ter tempo para ver os filhos crescerem, enxergar pouco o que acontece com eles, delegar a educação para terceiros são problemas para Cleci.

“Faço o máximo que posso, não é o ideal. Meu perfil é o de dar mais atenção para os filhos, que são minha prioridade. Quero poder trabalhar e dar qualidade de vida para eles, mas é um esforço muito grande para um retorno muito pequeno”. Mas se o tempo que ela tem para ficar com as crianças é pouco, ela faz de tudo para que seja com qualidade. “Mesmo que sejam poucas horas, que seja o melhor tempo que se possa oferecer”.



Daniela Mendes compensa a distância do filho com fotos na mesa de trabalho

Foto: Igor Sperotto

EXPEDIENTE

Redação – extraclassesinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editor Executivo: César Fraga

Redação: Marcia Camarano

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/D3 Comunicação

Projeto Gráfico: D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Rosane Costa

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 22 mil exemplares



O QUE VOCÊ PLANEJA HOJE VIRA REALIDADE AMANHÃ. QUE TAL COMEÇAR AGORA?

Com o SINPRO, você forma uma reserva individual que vai garantir a segurança financeira que você e sua família precisam na sua aposentadoria.

E tem mais: você pode contar com os benefícios de pensão por morte e renda por invalidez, que trazem mais segurança para você no presente e tranquilidade para os seus dependentes em caso de alguma eventualidade.

Entre em contato conosco:

SINPRORS Previdência: <http://www.sinprorsprevidencia.com.br/>

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

FUNDAÇÃO CEEE
PREVIDÊNCIA PRIVADA

MONGERAL AEGON
Construa seu amanhã

MAIS VANTAGENS PANVEL PARA VOCÊ, PROFESSOR.



compliance



Em outubro, professores com o cartão Sinpro/RS têm descontos de **15%** nos produtos Panvel das linhas Spa e Homem e **30%** em genéricos. Passe na Panvel e aproveite.

Agapan critica expansão

Estudos sobre os perigos à saúde causados por celulares e antenas de retransmissão servem de base para movimentos que defendem restrições às empresas de telefonia

► Por Cleber Dioni Tentardini

extraclasse@sinprors.org.br

A Organização Mundial da Saúde (OMS) coordenou dois estudos envolvendo quase uma centena de cientistas de 16 países, em quatro continentes, e concluiu: a exposição prolongada à radiação emitida pelo telefone celular e por outras fontes que utilizam o mesmo sinal pode estar relacionada ao aumento dos casos de tumores cerebrais.

Os cientistas alertam para que as pessoas reduzam o tempo de uso dos telefones móveis e sempre que possível utilizem os fones de ouvido, com os aparelhos afastados do corpo, seguindo o Princípio da Precaução, adotado pela OMS. E também evitem que crianças usem os celulares, porque os cérebros dos jovens absorvem com maior intensidade a energia emitida.

Há também preocupação com a disseminação dos sistemas de comunicações sem fio do tipo *wireless*, como *wi-fi*, *wimax* e *bluetooth*, e tecnologias de acesso à internet de alta performance, que estão sendo utilizados em larga escala em residências, locais de trabalho, shopping centers, aeroportos, parques e até em salas de aulas com crianças que podem permanecer por várias horas expostas à radiação.

Com base nesses estudos, e tendo em vista a pressão das operadoras de telefonia sobre os órgãos reguladores para flexibilizar as leis, sob o argumento de melhorar os serviços a seus clientes, organizações não governamentais, ONGs e movimentos sociais em Porto Alegre preparam uma grande campanha em defesa de normas ainda mais restritivas às fabricantes e operadoras, e protetivas aos usuários e população em geral.

A legislação que regula a instalação e operação das Estações de Radio-Base (ERBs), as antenas que conectam com os aparelhos, em vigor desde julho de 2001 na capital gaúcha, é considerada modelo para os municípios brasileiros. Em 2002, a lei foi aperfeiçoada e ficou mais restritiva do que a norma nacional, adotada pela Anatel. Ela assegura, por exemplo, uma distância mínima entre uma antena e outra e de escolas, praças e hospitais, a fim de reduzir a exposição da população.

Por isso, as operadoras reivindicam a reformulação da lei. Querem autorização do poder público municipal para instalar mais antenas na cidade. Alegam que essa é a única maneira de melhorar o sinal de comunicação dos telefones. Aliás, a qualidade dos serviços das empresas é alvo, neste momento, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal de Porto Alegre, a



Foto: Igor Sperotto

Agapan promoveu, em setembro, encontro de mobilização que encaminhou abaixo-assinado ao MPF

CPI da Telefonia, devido ao elevado número de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor.

A pressão será cada vez maior com a proximidade da realização no Brasil da *Copa do Mundo de Futebol*, que em julho do próximo ano trará centenas de milhares de turistas, ávidos por transmitirem informações, notícias e imagens instantâneas. As operadoras serão cobradas para que disponibilizem com eficiência todos os recursos vendidos aos seus clientes.

O desafio das ONGs é manter o pioneirismo da legislação municipal. A luta é proporcional ao gigantesco mercado que movimenta anualmente 3 trilhões de dólares. Todos os dias há novidades nos meios de comunicação sobre os avanços tecnológicos da telefonia celular e promoções diárias para fidelizar os consumidores. As empresas disputam os 6,8 bilhões de usuários no mundo. No Brasil, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), cerca de 267 milhões de terminais móveis estão sendo utilizados neste instante, para uma população que não chega a 200 milhões de habitantes.

A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) tomou a frente da campanha e promoveu, na metade do mês de setembro, o primeiro encontro de mobilização, que incluiu um abaixo-assinado circulando entre os 50 participantes para ser encaminhado ao Ministério Público Federal. Chamou o engenheiro Álvaro Augusto Salles, um dos maiores especialistas brasileiros em telecomunicações, para fornecer um cenário atualizado sobre o tema, e a professora e farmacêutica Ana Valls, pioneira nos movimentos comunitários que lutaram

contra a instalação desenfreada das ERBs na cidade.

Salles coordena uma equipe de pesquisadores do Laboratório de Comunicações Eletro-Óticas do Departamento de Engenharia Elétrica da Ufrgs, onde há 20 anos estuda os efeitos biológicos das radiações não ionizantes (RNI) no organismo humano. Esse tipo de onda eletromagnética é o que permite falar ao telefone sem fio ou acessar a internet sem fio. A Lei das Antenas de Porto Alegre foi constituída com base nos estudos desse laboratório.

O professor destacou a importância da legislação local, embora ainda distante do padrão mais rigoroso de proteção recomendado pelas comunidades científicas. “O que deve ser incorporada é a ideia de compartilhamento das antenas por várias empresas, a colocação de MiniERB em locais como topos de edifícios, postes de luz, até por uma questão urbanística, e o que considero mais importante, a redução do campo elétrico irradiado, com a substituição da norma ICNIRP, adotada no Brasil e em alguns países europeus, pela norma Suíça, cujo limite de intensidade de campo elétrico é dez vezes menor que a europeia”.

“A ICNIRP prevê emissões entre 40 e 60 volts por metro, enquanto que os relatórios mais recentes da comunidade científica sugerem que este limite seja de 0,6 v/m. Mesmo em Porto Alegre, onde a lei é mais restritiva, o valor fica entre 4 e 6 v/m. Em Paris, na França, por exemplo, a emissão máxima é de 2 v/m e em Salzburg, na Áustria, o limite de 0,6 v/m é respeitado pelas empresas”, comparou. Segundo Salles, a OMS classificou a radiação do celular

na categoria 2B, a terceira na escala, que inclui outros agentes que são reconhecidamente causadores de câncer como herbicidas, metais como chumbo e níquel, descarga de motores a gasolina ou vírus HIV.

A professora da Ufrgs na área de Bioquímica, Ana Valls, falou na condição de militante dos movimentos comunitários que lutaram pela regulação do setor em nível municipal. Ela criticou as em-

presas que não se adequaram aos limites impostos pela legislação e alertou que a aparente precarização dos serviços pode ser mero jogo de interesses. “Não ajustaram suas redes de transmissão, como manda a lei, e não pagaram as multas aplicadas pelo município a partir de 2005, e agora querem mudar a legislação para anular as cobranças”, explicou Valls.

O volume recolhido em multas, segundo o

gerente regional da Anatel, João Bettoni, chega a 10%, em torno de R\$ 20 milhões. “As empresas recorrem das multas até última instância”, disse.

NOTA DO EDITOR: (Leia no *Extra Classe on-line* entrevista exclusiva com o engenheiro Álvaro Augusto Salles, doutor pela University College London e membro de associações científicas internacionais e professor da Ufrgs).

Na CPI, operadoras pedem mais antenas

Em Porto Alegre existem 725 ERBs em funcionamento. A previsão é que em 2014 o total de antenas chegue perto de 1,3 mil. Em Canoas são 95, em Viamão 63, em Alvorada 36 e em Esteio 21 antenas. No estado há 4.320 estações de celular, segundo a Anatel.

O gerente da Agência, João Bettoni, garantiu aos vereadores na CPI da Telefonia que até o fim deste ano a capital terá o sistema 4G funcionando em pelo menos metade da área do município. “Até maio de 2014, deve cobrir 80% do território, como ocorre hoje com o 3G”, completou.

Para o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SinditeleBrasil), Eduardo Levy, há uma contradição quando se cobra a qualidade do sistema e, por outro lado, se criam restrições à instalação das ERBs. “Não há outra forma de qualificar o serviço que não seja a instalação de novas estações”, ressaltou.

Levy mencionou um estudo elaborado a pedido do SinditeleBrasil que fez um mapeamento detalhado do sistema de telefonia móvel na capital gaúcha. “A conclusão é de que temos 80% de impacto restritivo em Porto Alegre, portanto, ou flexibilizamos isso

ou o serviço não terá a qualidade necessária”, alertou.

A reivindicação das empresas tem respaldo na Prefeitura Municipal, através do Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais (Gades). O coordenador, Edegar Tutikian, reiterou na CPI que a legislação local não pode criar muitas dificuldades a ponto de impedir que as operadoras invistam em melhorias. “O Executivo vai apresentar em breve medidas visando tanto à modernização da legislação atual como à agilização dos trâmites para licenciamento”, afirmou.

O vereador engenheiro Comassetto (PT), relator da Comissão, argumentou que os problemas referentes aos serviços de telefonia móvel da cidade não podem ser explicados apenas pela possível desatualização da legislação que regula o assunto. “A demora na tramitação dos processos na Prefeitura persistem há mais de dez anos, gerando inclusive perda na arrecadação de recursos para o município”, lembrou.

Os números apresentados aos vereadores pela coordenadora do Procon municipal, Flávia Pereira, demonstram que as empresas de telefonia estão em primeiro lugar no ranking das reclamações no órgão de defesa do consumidor – foram cerca de 5 mil de-

núncias entre janeiro e maio de 2013. “O Procon de Porto Alegre se tornou um grande *call center* das empresas de telefonia”, lamentou.



Porto Alegre: de 725 ERBs a 1,3 mil até 2014



FRAGA

A sanha das senhas

Comprovado: o excesso de senhas torna os neurônios inacessíveis.

A primeira senha conhecida era vermelha, reluzente, atrativa, e pendia de uma macieira. Era forte, com 13 letras: *frutoproibido*. Engenhosa e estranha aos usuários da região, a senha funcionaria às avessas; se usada, negaria acesso ao Éden. Com ela se acessaria o inferno do conhecimento. Onde até hoje estamos.

Outras senhas lendárias surgiram, e *Abre-te, Sésamo* é apenas uma das mais famosas. Já a mais temível é *Sim*, quando dita por duas pessoas diante de um altar. O acesso inicial pode levar a milhares de acessos: de raiva, de loucura, de solidão a dois, de escambau.

Ei, peraí, isso aqui não é a história da humanidade!

Puizé, as senhas são seres digitais com vida própria. Vivem em dois mundos, no real e no cyber-espço. Lá e cá, acompanham o emocionante cotidiano de quem depende de senhas. E elas também são dependentes dos usuários.

O principal terror de uma senha é ser esquecida. Quando estão num dos incontáveis limbos cere-

brais deste planeta, sofrem, têm crise de abstinência de bites, e suspeitam que não são imortais. Tadinhas.

Aí se reúnem em sessões terapêuticas, onde contam seus vícios de consumo, dos estranhos lugares que controlam a entrada, do seu estressante dia a dia entre sinapses. Nessas situações, as senhas se exercitam: trocam os algarismos de lugar, se misturam a outras, tudo pra manter a decoreba da sua eterna posição alfanumérica.

Por isso as senhas tentam permanecer esguias e miúdas, embora assim sejam sem força. Já as maiores, compridas, padecem da síndrome de pânico: e se forem confundidas com outras senhas, suas vizinhas de carteiras e cartões?

Daí as senhas enlouquecidas, daquelas que não podem nem ouvir falar em urgências, filas e horários de fechamento de bancos, caixas, guichês e maquininhas com sistema fora do ar. Algumas senhas têm até lapsos de memória antes mesmo que o usuário pense nelas: é quando o usuário precisa dela e a busca e não a reconhece.

O usuário se enerva e o fluxo nervoso a apanha e a desconjunta. Nessa hora, a senha se es-

parrama pelo teclado mais próximo, em ordem não sabida, e quem diz que será localizada? O pior é quando é novinha, recém-trocada por uma anti-

ga, uma que sabia de cor e salteado o roteiro dos dedos do usuário. As novas senhas têm vertigem, vão até a ponta da língua, pronta pra saltar pro teclado. Inútil. A crise de identidade de uma senha é pior que a de gente.

E a superpopulação de senhas? Imagine: 7 bilhões de humanos, cada um com umas 4 ou 5, às vezes mais, são quase 50 bilhões de senhas no universo. Fora os universos paralelos, que lá também deve ter senhas.

Por isso as senhas são odiadas: elas têm a existência muito parecida com a de seus donos.



ENSINO PRIVADO

CAMPANHA

O 'não' educativo

O Sinpro/RS realiza, de 15 a 18 de outubro, a *2ª Semana da Consciência Profissional* para debater com os professores sobre a importância de impor limite ao seu trabalho extraclasse



O Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) realiza de 15 a 18 de outubro a segunda edição da *2ª Semana da Consciência Profissional*, iniciativa lançada em 2012 com o objetivo de promover a reflexão sobre o trabalho no ensino privado. Neste ano, a campanha está integrada à luta do Sindicato pela regulamentação e remuneração do trabalho extraclasse e a preservação do direito ao descanso dos professores.

“O excesso de trabalho extraclasse é o maior problema dos professores do ensino privado hoje, afetando a sua saúde, relações sociais e familiares e a própria qualidade do ensino”, observa Cecília Farias, diretora do Sindicato. “É fundamental mudar esta cultura de que ao professor cabe tudo e em qualquer hora. O professor precisa de tempo para descansar, pensar, conviver com os seus ou mesmo não fazer nada”.

Durante toda a *2ª Semana da Consciência Profissional* o Sindicato estará debatendo com os professores sobre a importância de impor limites às direções das instituições de ensino em relação às demandas de trabalho. “Trata-se de um processo educativo”, expõe Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. “Os professores vão assumindo cada vez mais tarefas e trabalhos tensionados pelas instituições de ensino. Dizer não a essas atividades, preservar o direito ao descanso, é uma decisão pessoal que tem reflexo no coletivo”.

Para subsidiar o debate, o Sindicato está publicando nas páginas centrais desta edição do *Extra Classe* um caderno especial sobre o direito à preguiça, ao descanso, ao ócio, ao lazer, ao não trabalho, ao tempo livre, à vida. “A *2ª Semana da Consciência Profissional* trabalha pelo positivo. Dizer não aos excessos é dizer sim a sua qualidade de vida”, finaliza Flávio Henn, diretor do Sinpro/RS – Regional Santa Cruz do Sul.

MOBILIZAÇÃO

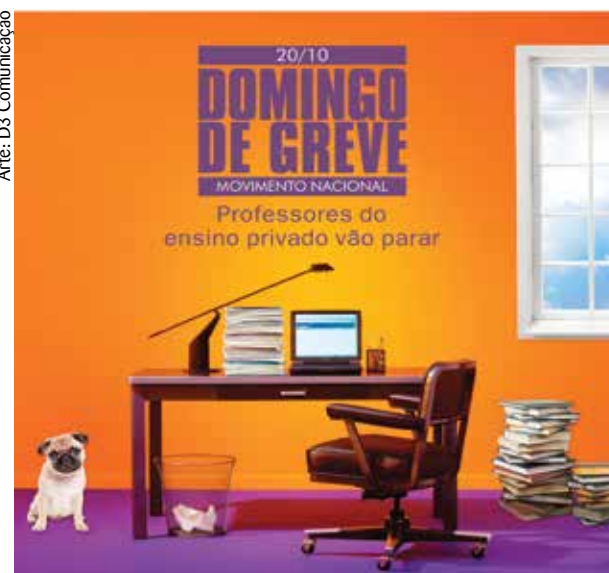
Contee leva *Domingo de Greve* para todo o país

Inspirada na campanha *Domingo de Greve* realizada pelo Sinpro/RS em 2011 para denunciar para a sociedade o excesso de trabalho extraclasse a que os professores são submetidos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino está chamando uma paralisação nacional dos professores do ensino privado para o dia 20 de outubro. “É uma das principais causas da exaustão e do adoecimento dos docentes em todo o país”, justifica Cássio Bessa, secretário-geral da Contee.

O assunto foi discutido em maio deste

ano no *I Seminário Nacional Profissão Professor – Trabalho Extraclasse x Direito ao Descanso*. O evento contou com a participação da ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Arantes e o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Sul (Amatra), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Federação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino (Fetee/Sul) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Ensino (Contee).

Arte: D3 Comunicação



Peça gráfica que veicula em outubro em *Carta Capital*

Dia do Professor

O Sinpro/RS realiza várias atividades para comemorar o Dia do Professor em várias regiões do estado. Confira abaixo as atividades já confirmadas. A lista completa está no *site* do Sindicato (www.sinprors.org.br/agenda).

PORTO ALEGRE – O já tradicional Jantar-Baile será no dia 19 de outubro, sábado, a partir das 21h, no Salão Panorâmico da Sogipa (Barão do Cotegipe, 400). Som do DJ K9. Ingresso: R\$ 60,00 (inclui jantar, água, refrigerante e espumante). Interessados entrar em contato pelo fone 51. 4009-2990. Na ocasião, a nova diretoria colegiada do Sinpro/RS tomará posse.

SÃO LEOPOLDO – 16º Torneio Esportivo será

no dia 5 de outubro, às 9h, no auditório do Colégio Marista Pio XII (Av. Nicolau Becker, 182), em Novo Hamburgo.

SANTA MARIA – Almoço no dia 9 de outubro, às 11h30min, no Restaurante Comercial (Rua Roque Calage, 50). Reserva antecipada: 55. 3026.1261 e 3026.1262 até o dia 7/10.

LAJEADO – Jantar de Confraternização no dia 14 de outubro, às 19h30min, no Restaurante Panorâmico (Parque do Imigrante), em Lajeado. Re-

serva antecipada: e-mail lajeado@sinprors.org.br ou pelo fone 51. 3748.1642 até o dia 10/10.

SANTA ROSA – Jantar no dia 8 de novembro, às 20h, no Restaurante Aromas (RS 344 Km 39). Convite para professor associado R\$ 10,00 e acompanhante R\$ 40,00. Informações: 55. 3512.5378 ou santarosa@sinprors.org.br

PELOTAS – Jantar no dia 22 de novembro, às 21h, na Churrascaria Lobão (Bento Gonçalves 3460). Informações: pelotas@sinprors.org.br

CÂMERAS DE VIGILÂNCIA

Conselhos publicam indicações contrárias

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEEd/RS) e o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME) aprovaram em setembro indicações contrárias ao uso de câmeras de vigilância nas dependências internas das instituições que integram os sistemas estadual e municipal de Ensino de Porto Alegre, respectivamente.

A indicação do CEEEd/RS (41/2013) considera o uso desses equipamentos em sala de aula como “uma interferência na autonomia da ação do professor”. Foi elaborada a partir da audiência

pública, solicitada pelo Sinpro/RS e realizada em maio na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS. Para o Conselho Estadual, as relações estabelecidas dentro de sala de aula devem pautar-se na relação transparente e de confiança entre as direções, alunos e professores.

“O uso de câmeras de vigilância nos espaços educativos não está em sintonia com o desenvolvimento de um trabalho autônomo e adequado dos docentes e fere o direito à intimidade e liberdade, expondo alunos e professores”, destaca Cecí-

lia Farias, diretora do Sinpro/RS e Conselheira do CEEEd/RS. “O Sindicato divulga esses documentos para que as escolas que usam câmeras de vigilância retirem para evitar situações constrangedoras”.

O Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre também manifestou na Indicação (nº 8/2013) sua contrariedade ao uso de câmeras de vigilância. Para Gloria Bittencourt, representante do Sinpro/RS no Conselho, o entendimento é de que é preciso resguardar as relações pedagógicas construídas no espaço da sala de aula.

PRÊMIO EDUCAÇÃO RS 2013

Vencedores serão conhecidos no dia 9

Serão conhecidos no dia 9 os vencedores da 16ª edição do *Prêmio Educação RS*. Eleitos em votação *on-line* pelos associados ao Sinpro/RS, os laureados receberão o troféu *Pena Libertária*

no dia 18 de outubro, em solenidade no auditório do Sindicato, em Porto Alegre (Avenida João Pessoa, 919). Entre os 68 indicados, a Comissão Julgadora selecionou três finalistas nas categorias

profissional, instituição e projetos (*quadro abaixo*), tendo como critério o compromisso com a educação de qualidade, o desenvolvimento da cidadania e o acesso ao conhecimento.

Finalistas 2013

PROFISSIONAIS

Cleni da Fátima da Silva Machado Pilz – professora de Português da escola estadual Julio de Castilhos, de Erval Seco.

Irmã Genoveva Guidolin – primeira professora mulher do Colégio Marista Rosário, onde trabalha há 44 anos.

Pedro Osório do Nascimento – atua há seis décadas como docente em Santo Ângelo.

PROJETOS

Atendimento às vítimas de violência doméstica – serviço multidisciplinar oferecido pela URI de Frederico Westphalen, em parceria com o poder Judiciário.

Orquestra Villa-Lobos – projeto de inclusão social realizado na escola estadual Heitor Villa-Lobos, em Porto Alegre.

Plantando e Brincando – projeto da escola municipal Aruanã, de Sapiranga, com foco na construção da consciência ecológica.

INSTITUIÇÕES

Associação de pais e amigos dos deficientes auditivos (Apada) – pioneiro na região de Santa Rosa na educação de surdos.

Instituto Igor Carneiro (Ficar) – realiza ações de prevenção da violência, criminalidade e uso de drogas em Porto Alegre.

Faculdades EST – trabalha com foco na inclusão social através da educação em São Leopoldo.



Apaepers

Múltiplas atividades e a aposentadoria

Daisson Portanova*

Não é incomum no ensino privado o professor ter vínculo com mais de uma instituição de ensino. Para muitos, além de melhoria da condição financeira mensal, a expectativa é de melhoria na aposentadoria futura a partir da soma das remunerações. Essa expectativa, no entanto, não é procedente. Não ocorrem somas de remuneração na aposentadoria. A regra é a simples proporção tempo/remuneração. Tal circunstância, por si, já causa prejuízo aos trabalhadores do ensino e, agora, também repercute a forma como o INSS aplica o fator previdenciário para estas aposentadorias.

Os trabalhadores de múltiplas atividades – leiam-se professores, enfermeiros, entre outros – não têm seus salários somados para o cálculo da aposentadoria, assim como o INSS aplica o Fator Previdenciário (FP) em relação a cada uma das atividades e na proporção do tempo dessas atividades. Um cria prejuízo absurdo para o trabalhador.

Exemplo: um professor com 30 anos de atividades em uma escola e, noutras duas, respectivamente, 15 e 17 anos de atividades. Toma-se aí, como principal, a atividade de 30 anos para o cálculo do FP e o professor com 55 anos de idade. O FP resultaria em um percentual de 60,8%. Para a atividade

secundária em que o segurado possui 15 anos, o FP incidente sobre o cálculo será de 29,6%; para a seguinte, que possui 17 anos, 33,6%.

Como exemplo utilizaremos que o valor da média para cada uma das atividades tenha resultado em R\$ 1.000,00. Para o INSS, o cálculo seria: atividade principal = R\$ 1.000,00 x 60,8% = R\$ 608,00; 1ª atividade secundária, R\$ 1.000,00 x 29,6% = R\$ 296,00; 2ª atividade secundária, R\$ 1.000,00 x 33,6% = R\$ 336,00. Este professor, pelo critério do INSS, se aposentaria com o valor de R\$ 1.240,00.

Em recente discussão judicial foi reconhecido que o INSS deve utilizar um Fator único correspondente ao período integral de contribuição, o que implicaria outro resultado da aposentadoria: atividade principal = R\$ 1.000,00 x 60,8% = R\$ 608,00; 1ª atividade secundária, R\$ 1.000,00 x 60,8% = R\$ 608,00; 2ª atividade secundária, R\$ 1.000,00 x 60,8% = R\$ 608,00. Renda inicial em R\$ 1.824,00. Não é tudo, mas já é um começo na busca de uma aposentadoria mais digna.

*Advogado Apaepers, Portanova Advogados / Mota & Advogados

ENSINO PRIVADO

ULBRA

Ação judicial busca prioridade aos salários

A Justiça do Trabalho deferiu no dia 26 de setembro pedido de antecipação de tutela formulado pelo Sinpro/RS, em conjunto com os sindicatos representantes dos técnicos e administrativos das instituições de ensino, garantindo a prioridade ao pagamento dos salários.

A iniciativa dos sindicatos foi motivada pelo comprometimento das receitas da Ulbra por bloqueios judiciais referentes a execuções da Justiça comum movidas por fornecedores, prestadores de serviço e bancos contra a instituição. A decisão do juiz da 3ª Vara do Trabalho de Canoas, Luiz Fernando Bonn Henzel, assegura o pagamento integral da folha salarial vencida, bem como daquelas que vencerem no curso do processo. Também garante a preferência desses créditos alimentares em detrimento dos demais credores

não trabalhistas. A decisão judicial determina o bloqueio R\$ 15,1 milhões.

A medida foi anexada ao processo 1.840, movido pelo Sinpro/RS em 2008, para assegurar o pagamento de salários diante da diversidade de credores que disputavam judicialmente as receitas da Ulbra. O procedimento agora definido será realizado mediante comando eletrônico no sistema Bacenjud, diariamente, até a quitação integral da folha.

Os atrasos salariais se agravaram em agosto. Os vencimentos de julho foram integralizados somente em setembro e, do salário de agosto, a instituição pagou somente 35% até o dia 19 de setembro. Ao longo do mês, o Sinpro/RS realizou reuniões de mobilização com os professores de todos os *campi* da Ulbra no estado para uma Assembleia Geral no dia 30, com indicativo de paralisação das atividades docentes.

LIVRO

Antologia aborda desafios da docência

O Sinpro/RS lança no dia 10 de outubro, em Porto Alegre, o livro *Sob a espada de Dâmoques – Relação dos professores com a docência e ambiente de trabalho no ensino privado* (Carta Editora, 140p.), que reúne artigos de especialistas e professores do ensino privado publicados nas 17 edições da *Revista Textual*, entre 2002 a 2012. O lançamento será no auditório do Sindicato (Avenida João Pessoa, 919), às 18h30min.

A obra também terá sessão de autógrafos, no dia 12 em novembro, às 20h, na Praça dos Autógrafos da *Feira do Livro* de Porto Alegre. A obra será comercializada pela Sapere Aude Livros (www.sapereaudelivros.com.br).

Os 26 artigos atualizam o debate sobre a re-

lação dos professores com as instituições de ensino, colegas e alunos, as questões trabalhistas, remuneração, saúde, carreira, condições de trabalho e de poder, violência no ambiente escolar; e a disseminação das tecnologias de comunicação no âmbito da educação formal. O título da obra evoca a narrativa da mitologia grega sobre cortesão que vivia sob a ameaça de uma espada suspensa por um tênue fio sobre sua cabeça. “Essa antologia tem potencial para ser referência sobre a realidade do ensino privado, especialmente em se considerando a produção bibliográfica sobre este universo”, observa o professor Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS e organizador do livro.



REVISTA

Nova edição da *Textual*

Já está circulando a 18ª edição da *Revista Textual*, publicação do Sinpro/RS. As consequências da má alimentação são o enfoque do ensaio de capa de autoria da nutricionista Raquel Canuto. Outro ensaio, do antropólogo Édison Gastaldo, aborda o trinômio futebol, mercado e poder. Na editoria *O professor e o mundo da escola*, o artigo *As crises das licenciaturas e a perspectiva da falta de professores* do professor Gabriel Grabowski; e *As câmeras nos protegem de quê?*, do psicanalista Eduardo Mendes Ribeiro. Já a editoria *Dinâmica do meio educacional* traz o artigo do sociólogo Renato de Oliveira e do médico Luís César Souto de Moura no *Importação de médicos: band-aid para fratura exposta*; e *Novos movimentos sociais e os desafios à representação política e sindical*, do professor Valdir Graniel Kinn e da jornalista Cândida de Oliveira. Pode ser acessada na íntegra no site do Sindicato (www.sinpro.rs.org.br/textual).

CONAE 2014

Etapa estadual em Porto Alegre

A etapa estadual do Rio Grande do Sul da *Conferência Nacional de Educação* (Conae) será realizada em Porto Alegre de 4 a 6 de outubro. O Sinpro/RS participará do evento com uma comissão de delega-

dos e defenderá o pagamento da atividade extraclasse, a limitação do número de alunos por turma e o plano de carreira para a educação básica e superior, entre outros pontos. O encontro nacional será em

Brasília em fevereiro. O tema central da Conae 2014 é o Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração.

HISTÓRIA

Prêmio Educação, Fundação Ecarta e Casa do Professor



Durante o 6º Cepep, realizado em 2000, foi deliberada a criação da Casa do Professor, que viria a ser inaugurada em junho de 2007. Tratava-se, na ocasião, de um anseio apontado desde 1938, quando da fundação do então Sindicato dos Professores Particulares, o primeiro nome de Sinpro/RS, e é considerada uma síntese simbólica da jornada de 75 anos do Sindicato. A Casa foi concebida como alternativa

econômica aos professores do interior e seus dependentes, que têm de vir a Porto Alegre para cursos, reuniões, lazer ou para roteiros culturais.

ECARTA – A Fundação Cultural e Assistencial Ecarta, foi inaugurada pelo Sindicato em 2005, também como deliberação do 6º Cepep. A Ecarta é um projeto que objetivou potencializar as iniciativas no âmbito cultural que o Sinpro/RS de forma esparsa já vinha desenvolvendo no período anterior. A instituição tem atualmente cinco pro-

jetos instituídos e programação regular que progressivamente vem sendo estendida ao interior do estado.

PRÊMIO EDUCAÇÃO – Em 1998, no aniversário de 60 anos da entidade foi lançado o *Prêmio Educação RS*, para a distinção anual de profissionais, projetos e instituições comprometidos com a educação de qualidade e a construção da cidadania. O prêmio consolidou-se no calendário educacional e em 2013 chega a sua 16ª edição.

Ao longo deste ano, o Extra Classe publicará fatos marcantes da história do Sinpro/RS.

SISTEMA S

Contee questiona Lei do Pronatec

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) ajuizou em setembro Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 5034 – no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos da Lei 12.513/2011, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Segundo a entidade, os artigos 20, 20-A e 20-B da Lei afrontam diversas regras previstas na Constituição Federal de 1988, entre elas a competência legislativa concorrente para tratar de sistemas de ensino. “Estes artigos invadem a competência dos sistemas estaduais de ensino, bem como o pacto federativo e o regime de colaboração entre os entes federados”, afirma Adailton Teixeira, advogado da Contee.

Pelo texto, o Sistema S (Sesi, Senai, Senac e Sesc) tem autonomia para criar cursos de educação profissional técnica de nível médio e educação de jovens e adultos (EJA) integrada à educação profissional; e as instituições privadas de ensino superior habilitadas são autorizadas a criar e ofertar cursos técnicos de nível médio. Segundo Adailton, a Confederação pediu a concessão de medida cautelar para suspender os efeitos dos dispositivos impugnados até o julgamento final da ADI.

O Sistema S vem recebendo forte apoio financeiro do governo federal desde o início do Pronatec. O programa, que oferece os cursos junto com instituições federais e estaduais, completa dois anos neste mês de outubro com números expressivos. Segundo dados do Ministério da Educação, são R\$ 3,6 bilhões de orçamento para este ano, R\$ 5,2 bilhões previstos para 2014 e R\$ 4,2 milhões de matrículas. Com cerca de 40% dessas vagas, o Sistema S se fortalece na medida em que oferece vagas gratuitas à população subsidiadas pelo governo.

Uma das críticas ao Programa é a ausência de avaliação dos resultados e medição dos índices de evasão. Segundo Gabriel Grabowski, professor da Feevale e ex-superintendente de Educação Profissional do Rio Grande do Sul, a falta de cultura avaliativa em programas sociais é um problema histórico no Brasil. “Avaliar programas somente no final de sua implementação ou em curso avançado impede que se cumpra o principal papel: diagnosticar problemas e possibilitar aperfeiçoamentos. Mas o Pronatec ainda pode corrigir esta ausência”, destaca. Em relação aos índices de evasão, pesquisas acadêmicas preliminares indicam que ela existe e não é baixa, porém, esta é uma realidade também no ensino médio brasileiro.

FGTS

Ações buscarão correção de valores

O Sinpro/RS ingressará com ações judiciais para buscar a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de professores que tiveram ou tenham saldo em sua conta vinculada entre 1999 e 2013. A demanda ocorreu em função de valores perdidos por erro na aplicação da Taxa Referencial (TR) que incidiu sobre os valores recolhidos ao Fundo nesse período. Professores (aposentados ou não) interessados em ingressar com o pedido devem enviar sua documentação ao Sindicato até o dia 31 de outubro. A lista de documentos e as demais informações estão disponíveis no site do Sindicato (www.sinprors.org.br).

A Sede estadual do Sinpro/RS em Porto Alegre receberá a documentação dos docentes que atuam na região Metropolitana (Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Guaíba, Eldorado do Sul, Barra do Ribeiro e região Carbonífera). No mesmo período, os professores que atuam nas demais cidades deverão entregar a documentação solicitada nos respectivos endereços da Regional do Sindicato ou escritórios dos advogados credenciados de sua região.

Sesi quer oferecer ensino médio e EJA


No Rio Grande do Sul, o Serviço Social da Indústria – Sesi quer ir além da oferta de ensino técnico, profissionalizante e dos benefícios do Pronatec. O Sesi entrou com pedido no Conselho Estadual de Educação do RS (CEED/RS) solicitando autorização para ofertar ensino médio regular e EJA nas fábricas. O processo está em avaliação.

Conforme Cecília Farias, representante do Sinpro/RS no Conselho, a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional – LDBEN é clara quando, no Artigo 7, afirma que o ensino é livre à iniciativa privada desde que haja o cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino. “A inobservância das condições de estrutura, recursos pedagógicos e de recursos humanos pode prejudicar a qualidade de ensino”, afirma.

Para Jorge Alberto Rosa Ribeiro, professor da Faculdade de Educação e Pós-graduação da

Ufrgs, avalia que apesar do Sistema S cumprir uma importante função, não pode esquecer seu foco na qualificação profissional. “A oferta de ensino médio e EJA pelo Sistema S é problemático, pois eles começam a competir com o das instituições federais. Outra questão é que o Sistema S tem vínculo com o mercado e, portanto, vai atender suas próprias finalidades, prejudicando a valorização do trabalho”, afirma.



PRÊMIO EDUCAÇÃO RS 2013

Agora só falta comemorar com os ganhadores.

Os professores associados ao Sinpro/RS escolheram um projeto, um profissional e uma instituição que se destacaram no trabalho por uma educação de qualidade. Acesse www.sinprors.org.br e conheça os ganhadores e um pouco do seu trabalho. A cerimônia de entrega do troféu *Pena Libertária* ocorrerá na sexta-feira, 18/10, às 19h30, no auditório da Sede estadual do Sinpro/RS. Compareça.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



ESPECIAL MÊS DO PROFESSOR

OUTUBRO ESPECIAL PARA PROFESSORES

De 1º a 31 de outubro, associados do Sinpro/RS têm descontos especiais. Basta apresentar o cartão Sinpro/RS Vantagem.

Confira abaixo os destaques.

ESTADUAL PANVEL

30% desconto nos genéricos e 15% desconto nos produtos Panvel das linhas SPA e Homem nas lojas e pelo Alô Panvel: 51.3218.9000 – 800.642.9001. É necessário apresentar o cartão especial do convênio Panvel-Sinpro/RS. Confira os endereços das lojas participantes em www.panvel.com

PORTO ALEGRE

Clinica Unique

30% nos tratamentos corporais e 20% nos tratamentos faciais – Padre Chagas, 310 e 301 – 51.3276.5000 – www.clinicaunique.com

Livraria Bamboletas

10% de desconto em todos os produtos – Lima e Silva, 776/03 – 51.3221.8764

Pizza Hut

40% de desconto na pizza grande para tele-entrega – 51.4002.6565 – www.pizzahut-poa.com.br

Vilaró Parrilla Lounge

15% de desconto + um copo de chopp ou uma taça de espumante, válido para o jantar. Fernando Gomes, 140 – 51.3395.5244 – www.vilaro.com.br

Restaurante Indiano Sharin

50% de desconto. Exceto na semana do Festival Diwali de 07 a 12/10. Felipe Neri, 332 – 51.3333.8596 – www.sharin.com.br

BENTO GONÇALVES

Croasonho

15% desconto – Planalto, 774 – 54.3052.0123 – www.croasonho.com.br

Doces Gabriela

10% nas tortas mediante encomenda – 54.3452.4579

CANELA

Alpen Park

50% de desconto na compra das seguintes atrações: Trenó, Alpen Blizzard, Cinema 4D, Simulador Mini-Rider, Alpen Race e Alpen Interactive. Promoção não válida para o Passaporte Alpen Park. Rodovia Arnaldo Oppitz, 901 – 54.3282.9752 – www.alpenpark.com.br

CAXIAS DO SUL

Pizza Hut

40% de desconto na pizza grande para tele-entrega – 54.4002.6565 – www.pizzahut-poa.com.br

ERECHIM

Clínica Unique

30% nos tratamentos corporais e 20% nos tratamentos faciais – Bento Gonçalves, 387 – 54.3519.0030 – www.clinicaunique.com

GRAMADO

Salão Super Carros

10% de desconto para pilotar ou passear na carona de carros como Ferrari, Porsche, Lamborghini, Mustang, entre outros. Ingresso isento. Av. das Hortênsias, 4.635 – 54.3286.7945 – www.supercarros.cc

SANTA ROSA

SPA Vivar

20% de desconto nas massagens relaxante/terapêutica e drenagem linfática. Rio Grande do Sul, 762 – 55.3512.2040

BELLENZIER PNEUS

Cortesia de dois balanceamentos de rodas e revisão de 18 itens de segurança – www.bellenzier.com.br

CARAZINHO – Flores da Cunha, 3507 – 54.3330.1900

BR 386, km 177 – 54.3330.1969

ERECHIM – BR 153, km 49 – 54.3522.6600

FARROUPILHA – Barão do Rio Branco, 655 – 54.3268.0909

FREDERICO WESTPHALEN – Cel. Aparício Borges, 535 – 55.3744.3800

GRAVATAÍ – RS 118, Km 18 – 51.3496.5000

MARAU – João Posser, 1689 – 54.3342.2727

NOVO HAMBURGO – Vicente da Fontoura, 111 – 51.3524.0644

PORTO ALEGRE – AJ Renner, 205 – 51.3515.8000

SANTO ÂNGELO – Ipiranga, 500 – 55.3313.1717

SANTA ROSA – Expedicionário Weber, 1661 – 55.3512.6465

Confira a lista completa no site www.sinprors.org.br

* É obrigatória a apresentação do cartão Sinpro/RS Vantagem. Promoções não cumulativas. Para a Panvel, o professor deve apresentar o cartão Panvel-Sinpro/RS.

MOVIMENTO

TRABALHO

Luta contra terceirizações marca 30 anos da CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) completou 30 anos no dia 28 de agosto com um ato no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, mesmo local em que a entidade foi fundada, em 1983, com a presença de mais de 2 mil convidados, entre os quais o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O movimento contra o PL 4.330, que libera indiscriminadamente a terceirização de mão de obra pelas empresas, monopolizou a celebração das três décadas da entidade, que liderou no dia 30 o *Dia Nacional de Paralisação e Mobilização*. O PL 4.330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PL/GO) prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade de determinada empresa, sem estabelecer limites ao tipo de serviço que pode ser alvo de terceirização. Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que rege a terceirização no Brasil, proíbe a contratação para atividades-fim das empresas, mas não define o que pode ser considerado fim ou meio. No dia 3 de setembro, foi aprovado na CCJ da Câmara. “A classe trabalhadora brasileira é a transformação da sociedade. Somos uma central de massa, de classe, transformadora da realidade. Recentemente para nosso orgulho, a OIT reconheceu a CUT como uma das poucas entidades que têm a capacidade de mudar a realidade da classe trabalhadora”, ressaltou o presidente nacional, Vagner Freitas, que qualificou o projeto das terceirizações de “famigerado”. O primeiro presidente eleito da CUT, Jair Meneguelli, e Clara Ant, diretora do Instituto Lula e uma das fundadoras da entidade, foram homenageados no ato político em São Bernardo, juntamente com outros ex-dirigentes, como Vicentinho, João Felício, Artur Henrique. “A CUT não só ajudou a construir como continua a ser uma guardiã da democracia no Brasil”, disse Lula em mais de uma hora de pronunciamento. “A contribuição da CUT para o desenvolvimento e redução das desigualdades é inestimável”.

Além de interpelar os deputados da bancada gaúcha que desem-

barcam no aeroporto Salgado Filho em relação ao PL 4.330, a CUTRS, que completa 30 anos em maio de 2014, prepara a mobilização pela aprovação, na Assembleia Legislativa, do reajuste no Salário Mínimo Regional. “A CUTRS sempre se bateu pelo piso mínimo regional com

diferencial importante para valorizar a distribuição de renda para além do mínimo nacional. Hoje o piso está 15% acima do salário mínimo nacional e entendemos que a pujança do estado permite um diferencial de 28%. Em outubro e novembro haverá muita mobilização, com caravanas

pelo interior do estado, pressão sobre as federações empresariais que não aceitam o piso regional. A Fiergs, a Fecomércio e a Farsul têm um discurso de que o piso regional estimula a geração de emprego informal, o que não é verdade”, destaca Claudir Nespolo, presidente da CUTRS.



The advertisement features a composite image of five Petrobras employees in various work settings, including an offshore oil rig. Overlaid on this image is the text 'PETROBRAS 60 ANOS' in large, bold letters, with '60 ANOS' in yellow. Below this, it says 'UMA HISTÓRIA INSPIRADA EM VOCÊ'. At the bottom, there is a slogan 'Gente. É o que inspira a gente.' and the Petrobras logo with '60 anos' and 'o desafio é a nossa energia'. Logos for the Ministry of Mines and Energy and the Brazilian Government are also present.

PETROBRAS
60 ANOS
UMA HISTÓRIA INSPIRADA EM VOCÊ

Gente. É o que inspira a gente.

PETROBRAS 60 anos
o desafio é a nossa energia

Ministério de Minas e Energia
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

petrobras.com.br/meinspira



MARCOS ROLIM*

O teste de Bechdel

Em 1929, em seu ensaio *Um teto todo seu* (disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2007/11//402799.pdf>), Virginia Woolf introduziu no mundo a “irmã de Shakespeare”. Chamou-a de Judith, sugerindo que ela teria um enorme talento para

a poesia. Então, diante desta ficção, solicitou que se imaginasse o que teria ocorrido caso a personagem tivesse tentado, de fato, ser escritora. Ela, então, assinala que Shakespeare deve ter aprendido latim lendo Ovídio, Virgílio e Horácio, mas sua irmã não foi sequer mandada à escola. Ainda que desejasse conhecer os clássicos, sua família a impedia de ler, pois havia meias a remendar e uma cozinha para tomar conta. Talvez, se ela rabiscasse algumas páginas, se esconderia no sótão. Depois, queimaria as folhas, para não ser punida. O texto mostra que nem o maior talento faria de Judith uma escritora em plena Idade Média. O argumento retira a hierarquia de gênero da natureza, situando-a onde ela sempre esteve: na história, entre as normas e os preconceitos das sociedades patriarcais.

Neste mesmo trabalho, referindo-se à maneira pela qual as mulheres aparecem na literatura, Woolf assinala:

“Todas estas relações entre mulheres, pensei, recordando rapidamente a esplêndida galeria de personagens femininas, são simples demais. Muita coisa foi deixada de fora, sem ser experimentada. E tentei recordar-me de algum caso, no curso de minha leitura, em que duas mulheres fossem representadas como amigas. Há uma tentativa em *Diana of the crossways*. Há confidentes, é claro, em Racine e nas tragédias gregas. Vez por outra, são mães e filhas. Mas, quase sem exceção, elas são mostradas em suas relações com os homens. Era estranho pensar que todas as grandes mulheres da ficção, até a época de Jane Austen, eram não apenas vistas pelo outro sexo, como também vistas somente em relação ao outro sexo. E que parcela mínima da vida de uma mulher é isso!”

A passagem carrega uma crítica radical cuja importância talvez não tenha ainda sido suficientemente destacada. Virginia Woolf está nos dizendo que os homens possuem uma visão distorcida sobre as mulheres e que esta distorção, uma vez transposta para a cultura, “naturaliza-se”, fortalecendo os estereótipos. Um parágrafo, em síntese, no qual é possível antever toda a moderna crítica feminista.

É preciso retomar e atualizar esta perspectiva crítica para construir um mundo onde a igualdade entre homens e mulheres seja mais do que uma formalidade jurídica. Para isto, é preciso estar atento à produção

cultural. O teste de Bechdel (*Bechdel Test*, *Bechdel-Wallace Test* ou *Mo Movie Measure*) é um instrumento que pode auxiliar esta tarefa. O nome foi dado em homenagem à cartunista americana Alison Bechdel

que, em uma de suas histórias em quadrinhos, tratou da forma como as mulheres são retratadas no cinema. O teste de Bechdel tem sido aplicado basicamente a filmes, mas pode valer para outros produtos culturais. Para que a obra “passe no teste” é preciso atender a três critérios:

- 1) Deve incluir pelo menos duas mulheres com nomes próprios...
- 2) que devem manter pelo menos uma conversação...
- 3) sobre qualquer coisa que não se refira a homens.

Simples, não? Aparentemente, tais pontos não ofereceriam qualquer dificuldade. O que ocorre, entretanto, é que a maioria dos filmes não passa no teste. Sejam filmes bons ou ruins, o que os resultados evidenciam é que o paradigma da indústria cultural segue sendo basicamente masculino e heterossexual, ainda quando os filmes possuem personagens femininas fortes. Seria possível, ainda, com razão, acrescentar a palavra “branco” neste paradigma, o que, entretanto, avançaria para além de nosso tema aqui.

O teste não é suficiente para uma avaliação da qualidade das obras, nem tem esta pretensão. Um determinado filme, por exemplo, pode cumprir os três requisitos e seguir sendo sexista ou misógino. O reverso também é verdadeiro. Um filme que não passe no teste pode até ter um sentido geral feminista (embora seja pouco provável que isto ocorra). O que importa no teste é o padrão. Se a maioria das obras não cumpre os três quesitos, estamos diante de outro fenômeno quase sempre invisível: os fatos são narrados de acordo com um olhar masculino. Trata-se de uma “leitura” do mundo, mas não no sentido de que toda obra é uma interpretação e, portanto, a criação de uma nova realidade. O problema consiste, precisamente, em perceber o quanto há de reprodução irrefletida de sentidos aqui, processo pelo qual metade dos seres humanos aparece não a partir dos seus olhares e sensibilidades, mas a partir do olhar do outro; daquele que, historicamente, impediu que as mulheres alcançassem a plenitude de sua condição humana.

Uma parte importante da violência contra as mulheres, uma parte da obstinada vocação de tantos homens ao domínio e à opressão cotidiana, uma parte da covardia dos que ameaçam, dos que gritam, dos que agridem e dos que matam começa no sequestro cultural da subjetividade feminina. Não se trata do filme, então, mas da vida.



“Era estranho pensar que todas as grandes mulheres da ficção, até a época de Jane Austen, eram não apenas vistas pelo outro sexo, como também vistas somente em relação ao outro sexo. E que parcela mínima da vida de uma mulher é isso!”

(Virginia Woolf)

*Jornalista, sociólogo e professor do IPA.

marcos@rolim.com.br | www.rolim.com.br

BOAS OPORTUNIDADES SÃO COMO APRENDIZADO: QUEM APROVEITA CRESCER.

O governo gaúcho, em parceria com o Governo Federal, está oferecendo grandes oportunidades para acesso ao Ensino Superior. São diversos programas, como o Prouni/RS, Prouni Federal, Fies e Ciência Sem Fronteiras. Informe-se e motive seus alunos a participarem do Enem: ele facilita o acesso a todos esses programas. Seus alunos merecem um futuro ainda mais promissor.

SAIBA MAIS: **PACTOGAUCHO.RS.GOV.BR**

Fone: 51.3288.7479

E-mail: pactogauchopelaeducacao@scit.rs.gov.br

Um ano do Cultura Doadora

Projeto permanente da Fundação Ecarta criado para provocar amplo debate em sala de aula sobre a doação de órgãos e tecidos completa um ano de atividades

Foto: Glaci Borges



300 alunos e professores da Unisc receberam o projeto

Há um ano, a Fundação Ecarta se desafiou a sensibilizar os professores a abordar, em sala de aula, a doação de órgãos e tecidos. A ideia surgiu em função do déficit de doadores de órgãos e tecidos no país e do entendimento da necessidade do desenvolvimento de uma consciência social doadora. “Estamos muito aquém da realidade de países referenciais nesta área, como Portugal e Espanha. O assunto, na maioria das vezes, é tratado com base em campanhas esporádicas, que são importantes, mas insuficientes para o desenvolvimento de uma atitude pró-doação efetiva”,

O projeto reúne no *site* (www.fundacaoecarta.org.br/doadora) as principais informações sobre a doação de órgãos e tecidos, desvenda mitos e lendas, disponibiliza vídeos e subsídios pedagógicos da educação infantil ao ensino médio e propõe a criação de uma rede de pessoas se declarando doadoras. Em menos de um ano, o espaço registrou mais de 17 mil acessos às informações e 1.197 *downloads* dos subsídios pedagógicos. “O primeiro e imprescindível passo é informar a decisão de ser um doador”, destaca Fuhr.

A Ecarta também promoveu vários encontros

e debates com estudantes e professores. No Colégio Militar de Porto Alegre, o médico Valter Garcia, diretor da Unidade de Transplante de Rim e Pâncreas da Santa Casa de Porto Alegre, abordou o tema com cerca de 130 professores do ensino fundamental e médio. Na Universidade de Santa Cruz do Sul, o médico José Camargo, pioneiro e um dos principais nomes em transplantes da América Latina, falou com mais de 300 estudantes e professores do curso de Pedagogia. “Mesmo sendo um tema difícil, que mexe com a finitude, vida e morte, a receptividade ao projeto foi muito boa”, afirma Glaci Borges, produtora do Cultura Doadora. Em setembro, a Ecarta firmou parceria com a Fundação Cultural Piratini para a veiculação da campanha na TVE e na Rádio Cultura FM.

TEATRO – A Fundação Ecarta pretende desenvolver várias frentes em 2014. Dentre elas, a montagem de um espetáculo teatral cujo norteador é a doação de sangue e de órgãos. O projeto, que já está em processo de captação, prevê a circulação do espetáculo em cinco cidades (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo e Caxias do Sul), num primeiro momento, e a realização de oficina de teatro espontâneo para os professores de cada região para a preparação da abordagem do tema da doação.

COMO AS ESCOLHAS DE HOJE AFETAM O SEU FUTURO?

Dia 31 de outubro 2013 – 19h30min
Auditório do Colégio La Salle Dores
Rua Riachuelo, 800 – Porto Alegre - RS

Sorteio de um tablet entre os presentes.

Palestra com Sérgio Rangel, atuário e professor da UFRGS. Evento especial em homenagem ao Dia do Professor.

Inscrições gratuitas:
www.sinprorsprevidencia.com.br

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO CEEE
PREVIDÊNCIA PRIVADA
Decisão de um futuro inteligente

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão
www.sinprors.org.br

PARCERIA ESTRATÉGICA
MONGERAL EGON
seguros e previdência



SINPRORS
PREVIDÊNCIA

PROGRAMAÇÃO ECARTA Outubro

www.fundacaoecarta.org.br

Em Porto Alegre, as atividades acontecem na sede da Fundação (Av. João Pessoa, 943). Informações pelo fone 51. 4009.2971 e no [site](http://www.fundacaoecarta.org.br).

ECARTA MUSICAL

Porto Alegre – Shows quinzenais, aos sábados, às 18h, com entrada franca. **5/10**, *A vida em seis por oito*, com John Gaúcho, Miguel Azambuja, Malcolm Roberts e Diego Scliar. **19/10**, *O pulo do gato*, com Rodrigo Nassif, Carlinhos Ezael, Leandro Schirmer e Samuel Cibils.



Rodrigo Nassif Quarteto

NÚCLEO CULTURAL DO VINHO – Cursos e palestras com degustação. Inscrições prévias.

Porto Alegre – **3/10**, 19h30min, na sede da Ecarta, *Viña Montes – um ícone do Chile*, com apresentação do enólogo Amilton Leal. Inscrição: R\$ 25,00. **22/10**, 19h30min, *Vinhos Larentis*, com apresentação do enólogo André Larentis. Inscrição: R\$ 20,00.

CULTURA ITINERANTE | Ecarta Musical

Santa Cruz do Sul – **26/10**, 20h, no Espaço Camarim (Marechal Floriano, 332), *Nicola Spolidoro Quarteto*, com Rafael Marques, Carlos D'elia, Matheus Kléber e Nicola Spolidoro.

GALERIA DE ARTE – Exposições com foco na arte contemporânea.

Porto Alegre – Até o dia **3/11**, *Entregue à Plenitude*, das artistas Marina Guedes e Rochele Zandavalli.

Caxias do Sul – Até **26/10**, (V) e (F) – *Sobre a efetivação de relações impossíveis*, de Luciano Montanha e Rafa Êis, na Galeria de Artes do Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho.



Brilha brilha estrelinha

CONVERSA DE PROFESSOR

Rio Grande – **24/10**, às 18h30min, no auditório do Hospital Universitário, *Autismo*, ministrada por Carla Guterres Graña, fonoaudióloga, mestre em Distúrbios da Comunicação. Inscrição: Sinpro/RS – Regional Rio Grande (Gen. Bacelar, 378/804 – fone: 53. 32329458).

Vera Cruz – **29/10**, às 18h, no auditório da Sec. de Cultura e Turismo, *Jogando com a Matemática na Infância*, ministrada por Isabel Lara, pós-doutora em Educação, em Ciências e Matemática. Inscrição: Smed (Jacob Doern, 87 – fones: 3718.2759/37183699).

Gravataí – **16/10**, às 19h30min, no auditório Campus da Ulbra, *Autismo*, ministrada por Carla Guterres Graña, fonoaudióloga, mestre em Distúrbios da

Comunicação. **23/10**, *Tenho Síndrome de Down e daí...?*, ministrada por Neusa Salaberry, licenciada em Pedagogia e Ciências, mestre em Educação. Inscrições: ulbragravatai@ulbra.br. Informações Fundação Ecarta – fone 51. 4009.2970.

Guaíba – Às 9h, na sala 117 da Ulbra – **5/10**, *Musicalização na educação infantil*, ministrada por Patrícia Kebach, doutora e mestre em Educação. **19/10**, *Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade*, ministrada por Vânia Melchionna Franke, psicóloga, especialista em Psicologia Social. **28/10**, *Jogos Cooperativos*, ministrada por Jader Denicol Amaral, educador físico e mestre em Ciências do Movimento Humano. Inscrições: extensao.guaiba@ulbra.br. Informações Fundação Ecarta – fone 51. 4009.2970.

QUADRINHOS

Tibica, O Defensor da Ecologia | Editora Formato, 2010

TIBICA / CANINI



RANGO / EDGAR VASQUES



20/10 - ENSINO PRIVADO

DOMINGO DE GREVE

MOVIMENTO NACIONAL

Dia 20 de outubro os professores farão
o que bem entenderem, menos trabalhar.

O *Domingo de Greve*, iniciativa do Sinpro/RS, agora é um movimento nacional. Isto porque os problemas vividos aqui se assemelham em todos os cantos do país. As instituições de ensino impõem cada vez mais tarefas aos docentes e domingo virou dia de trabalho. Agora, além de corrigir avaliações e preparar aulas, os professores têm de postar conteúdos nos *sites* das instituições, responder *e-mails* em qualquer horário, lançar notas no sistema e realizar atividades burocráticas *on-line*. Tudo fora da carga horária contratada.

Essa realidade prejudica a saúde dos professores e compromete a qualidade de ensino.

Daremos uma demonstração de unidade e indignação não trabalhando no domingo, 20 de outubro.